

RICARDO FIGUEIREDO PIROLA

**SENZALA INSURGENTE**  
**MALUNGOS, PARENTES E REBELDES**  
**NAS FAZENDAS DE CAMPINAS (1832)**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor  
FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade  
EDGAR SALVADORI DE DECCA

**EDITORIA**  
**UNICAMP**

Conselho Editorial

Presidente  
PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – CHRISTIANO LYRA FILHO  
JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN  
MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO  
SEDI HIRANO – SILVIA HUNOLD LARA

Comissão Editorial da Coleção Várias Histórias

SILVIA HUNOLD LARA (coordenadora)  
ALCIR PÉCORÁ – CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA  
MARGARIDA DE SOUZA NEVES – SUEANN CAULFIELD

Conselho Consultivo da Coleção Várias Histórias

SIDNEY CHALHOUB – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA  
ROBERT WAYNE ANDREW SLENES – MICHAEL HALL  
JEFFERSON CANO – FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA

Consultoria deste volume  
TANIA REGINA DE LUCA – ZEPHYR FRANK

**EDITORIA UNICAMP**

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

P668s Pirola, Ricardo Figueiredo.

Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832) / Ricardo Figueiredo Pirola. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

1. Escravidão – Campinas (SP). 2. Famílias negras – Campinas (SP)  
3. Etnologia. 4. Campinas (SP) – História. I. Título.

CDD 326.098161  
301.42198161  
301.2  
981.61

ISBN 978-85-268-0934-5

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão – Campinas (SP)	326.098161
2. Famílias negras – Campinas (SP)	301.42198161
3. Etnologia	301.2
4. Campinas (SP) – História	981.61

Copyright © by Ricardo Figueiredo Pirola  
Copyright © 2011 by Editora da Unicamp

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp  
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp  
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728  
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br



COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga pesquisas recentes sobre a diversidade da formação cultural brasileira. Ancoradas em sólidas pesquisas empíricas e focalizando práticas, tradições e identidades de diferentes grupos sociais, as obras publicadas exploram os temas da cultura a partir da perspectiva da história social. O elenco resulta de trabalhos individuais ou coletivos ligados aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp ([www.unicamp.br/cecult](http://www.unicamp.br/cecult)).

## VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*

intermediários, como também encontrá-los na última contagem do período em 1835-1836.

- 7 Ricardo Figueiredo Pirola, "O levante escravo de 1832 em Campinas: coesão e conflito". Monografia de graduação em História, IFCH, Unicamp, 2001; "A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família". Dissertação de mestrado em História, IFCH, Unicamp, 2005.
- 8 Martin Lienhard, *O mar e o mato: histórias da escravidão*. Luanda, Kilombelombe, 2005, pp. 128-36; R. W. Slenes, "A árvore de *nsanda* transplantada...", p. 314 (sobre os significados do livro com pintura de focinho de cachorro, encontrado na posse de um dos líderes do movimento, um adivinhador).
- 9 R. W. Slenes, "L'arbre *nsanda* replanté..." e "A árvore *nsanda* transplantada...".

## INTRODUÇÃO

Participo a vossa senhoria que entrando eu e vários proprietários da beira do rio Atibaia, meus vizinhos, na desconfiança de que nossos escravos projetavam alguma trama contra nós [...], descobrimos que eles noturna e escandalosamente se comunicavam uns com os outros [...] para um levante<sup>1</sup>.

O trecho acima, datado de 3 de fevereiro de 1832, faz parte de uma carta endereçada ao juiz de paz da florescente Vila de Campinas<sup>2</sup>. Nela, o senhor de engenho e sargento-mor, Antônio Francisco de Andrade, narra a descoberta de um plano de revolta escrava. Segundo as declarações do sargento-mor, desde o final do mês de janeiro daquele ano, o comportamento pouco comum de seus cativos despertou a sua atenção. Mesmo depois de repreendidos, eles continuavam desobedecendo às suas ordens e abandonavam a fazenda durante a noite para se reunir com outros parceiros da escravidão. Ao conversar com seus irmãos e vizinhos de engenho, José Francisco de Andrade e Theodoro Francisco de Andrade, o sargento-mor descobriu que não eram apenas os seus cativos que andavam com um comportamento pouco usual, mas também os dos seus familiares já não demonstravam a mesma obediência e disciplina de tempos anteriores. Para ele, alguma coisa estava sendo tramada longe dos olhos e ouvidos da casa senhorial. Era a hora, então, de começar a agir.

Reuniu a escravaria e passou a interrogar aqueles que lhe pareciam mais propensos para se rebelar. Antônio Francisco de Andrade queria saber para onde os cativos se dirigiam durante a noite, com quem se reuniam, quais eram as principais lideranças dos encontros e, o mais importante, o que estava sendo tramado. Depois de 5 dias de castigos e promessas de perdão para aqueles

que revelassem os motivos dos encontros noturnos dos escravos, o plano de insurreição veio à tona. Envolvendo 15 engenhos da Vila de Campinas e a participação de um liberto conhecido como João Barbeiro, morador da cidade de São Paulo, preparava-se uma grande rebelião.

Logo após a descoberta do plano, teve início uma intensa troca de correspondência. Primeiramente, foi avisado o juiz de paz da cidade de Campinas, José da Cunha Paes Leme, que prontamente tomou as medidas legais para a abertura de um processo crime. Depois foi a vez do presidente da província e dos juizes de paz da cidade de São Paulo, que deram início à busca e captura do liberto João Barbeiro. Em seguida, foi avisada a Câmara Municipal de Campinas e seus nobres vereadores, que se prontificaram a fazer tudo que estivesse a seu alcance. Também os grandes proprietários de escravos de Campinas e região foram alertados para reprimirem qualquer movimento incomum de suas escravaturas. A preocupação era de que o plano tivesse início ainda nos primeiros momentos de investigação e de que a eclosão do movimento em Campinas acabasse servindo de incentivo para a eclosão de revoltas nas localidades vizinhas. Como comentou o próprio juiz de paz na carta enviada ao presidente da província, não se deveria confiar na “inércia dos escravos da região”<sup>3</sup>.

No mesmo dia em que tomou conhecimento do plano de insurreição, o juiz de paz de Campinas, José da Cunha Paes Leme, passou a ouvir algumas testemunhas e recolher provas para a abertura de um processo crime. Foram ouvidos como testemunhas de acusação Antônio Francisco de Andrade, seus irmãos, Theodoro Francisco de Andrade e José Francisco de Andrade, e o pardo, carpinteiro, Manoel José do Amaral. Os depoimentos dos escravos e das outras testemunhas começaram no dia 11 de fevereiro e se estenderam até 23 de fevereiro. Durante esse período, foram ouvidas 14 testemunhas e 40 escravos. Os interrogatórios ocorreram na própria casa do juiz de paz da Vila de Campinas. Casado com uma das filhas do falecido senhor de engenho João Francisco de Andrade, pai dos três irmãos que primeiro descobriram o plano de insurreição, o juiz de paz também teve seus cativos envolvidos

nessa conspiração. Acompanharam os depoimentos o promotor Joaquim José Soares de Carvalho e o advogado João Maria do Couto, e também todos os senhores que tiveram escravos acusados de envolvimento com a trama<sup>4</sup>.

Na maior parte dos casos, os depoimentos dos cativos foram realizados individualmente; em média, 4 escravos eram interrogados a cada dia. Apenas em 2 ocasiões ocorreram depoimentos coletivos de escravos, em 17 e 18 de fevereiro, quando foram ouvidos os cativos de dona Ana de Campos Paes e Floriano de Camargo Penteado, os 2 proprietários que tiveram o maior número de escravos envolvidos no projeto de insurreição. Nessas ocasiões, foram interrogados de 5 a 6 cativos de uma só vez. Ao longo dos 12 dias de depoimentos e investigações, foi-se revelando, aos olhos senhoriais, um plano assustador, que envolvia centenas de escravos e um liberto, abarcando 2 cidades com grandiosas populações cativas.

O tema central deste livro é o plano de insurreição escrava de 1832 e seus conspiradores. Nos 3 capítulos que compõem o trabalho, procuro analisar a trama dos revoltosos e reconstruir suas trajetórias de vida antes da organização da insurreição. O estudo desse plano de revolta de Campinas, entretanto, não é um tema novo dentro da historiografia brasileira. O assunto já foi tratado no livro *Escravidão negra em São Paulo*, de Suely Robles Reis de Queiroz. Queiroz foi, de fato, a primeira pesquisadora a localizar o processo crime de 1832, transcrevê-lo e estudá-lo ainda na década de 1970<sup>5</sup>. Seu trabalho foi um dos pioneiros na análise da rebeldia escrava na província de São Paulo. A autora discutia naquele momento com as teses de Gilberto Freyre e de Oliveira Vianna sobre a “brandura” e “suavidade” da escravidão brasileira. Segundo Queiroz, esses autores ajudaram a construir a ideia de um senhor de escravos benevolente e de um cativo fiel, submisso, resignado à sua sorte. Para a autora, tal visão “idílica” da escravidão era resultado de uma leitura empobrecida das fontes, especialmente, dos relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil ao longo do século XIX<sup>6</sup>.

Opondo-se à construção “romantizada” das relações entre senhores e escravos, o livro de Queiroz buscou mostrar que a escravidão nos trópicos não foi harmônica, muito menos destituída de conflito e violência. O plano de revolta de 1832 (discutido no capítulo 4, “A resposta do figurante mudo”) aparece, justamente, como um exemplo das lutas entre senhores e escravos<sup>7</sup>. Os escravos, defende Queiroz, não foram passivos e obedientes diante da violência da escravidão, mas deram respostas também violentas, renegando a instituição e a falta de liberdade que dela decorria. Os principais mecanismos de resposta da população cativa foram a fuga, a formação de quilombos, o suicídio, os assassinatos contra os senhores e também as insurreições coletivas. As análises de Queiroz e de outros autores das décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para derrubar o “mito” do cativo brando e da democracia racial no Brasil. Defendida inicialmente como tese de doutorado na USP, o livro de Queiroz se insere dentro do que ficou conhecido como Escola Paulista, formada, entre outros, pelos trabalhos de Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup>.

Certamente a escravidão brasileira não foi pacífica e os escravos nunca se mostraram resignados à sua própria sorte. As interpretações da Escola Paulista, contudo, acabaram por criar um escravo, frequentemente, despersonalizado e coisificado. Oprimidos por um sistema duro e cruel, os cativos ganharam um papel secundário nos processos de transformações históricas. Seus atos de rebeldia eram explicados unicamente como reação ao caráter violento da escravidão. Dessa forma, os trabalhos da Escola Paulista acabaram por cair no extremo oposto das reflexões de Freyre e outros. Ao fazer um balanço dos trabalhos dedicados à rebeldia escrava no Brasil, o historiador Flávio Gomes relatou que o binômio senhor camarada—escravo submisso, tão criticado pela Escola Paulista, foi substituído pelo senhor cruel—escravo rebelde. Amparados por modelos teóricos cristalizados, no qual a escravidão era explicada principalmente pela violência e pelo controle senhorial, as interpretações das décadas de 1960 e 1970 relegaram aos escravos um papel de figurantes nos processos de mudança histórica<sup>9</sup>.

Da década de 1970 para cá, muita coisa mudou dentro da historiografia brasileira sobre a escravidão. Multiplicaram-se os temas de análise, ampliaram-se os tipos de fontes utilizadas e novos caminhos interpretativos foram trilhados, modificando a compreensão do passado escravista<sup>10</sup>. No que diz respeito à rebeldia escrava, em particular, cresceram os trabalhos sobre a formação de quilombos no Brasil, e as insurreições escravas ganharam novos enfoques com o entrelaçamento de questões como etnia, classe e religião<sup>11</sup>. Como não poderia ser diferente, também o plano de insurreição de 1832 recebeu uma nova análise no trabalho da historiadora Regina Célia Lima Xavier, *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*<sup>12</sup>. Seguindo a trajetória do forro africano Tito de Camargo na cidade de Campinas, Xavier voltou-se para o plano de insurreição de 1832 para reconstruir parte do mundo em que o liberto viveu no século XIX. Tito de Camargo tinha 14 anos de idade quando o plano de insurreição foi descoberto. Ele não foi acusado de envolvimento com a trama, porém morava na propriedade que mais contribuiu com cativos para o projeto de rebelião de 1832. Também Martin Lienhard, no livro *O mar e o mato*, dedicou-se ao estudo do plano de 1832, destacando o peso das tradições culturais centro-africanas nessa organização rebelde. Ao comparar movimentos de rebeldia na África e na América, Lienhard ressaltou as semelhanças de mobilização nos dois lados do Atlântico, baseadas em uma mesma tradição cultural centro-africana<sup>13</sup>. Alguns pontos, contudo, merecem uma atenção ainda maior. Quem eram os escravos que decidiam trabalhar na organização de um plano coletivo de insurreição? Quais as suas relações com os demais cativos da senzala? Teria a família escrava inibido a rebelião? Teriam as diferenças de origem e a ocupação de cargos especializado e doméstico dividido as senzalas?

Alguns estudos têm buscado respostas para essas questões. O curioso é que nenhum deles tem como foco principal a análise de uma insurreição escrava. Na verdade, são estudos sobre a família e sobre a identidade escrava que passam pelo tema da mobilização/desmobilização coletiva das senzalas. A discussão está dividida em dois polos principais: por um lado, autores que tendem a ver uma

desmobilização das senzalas provocada pela existência de famílias escravas e pelas políticas senhoriais de incentivo de aproximação com a casa-grande (via trabalho especializado e doméstico); por outro, a defesa de que as diferenciações criadas pela conquista de um casamento e pelas políticas de domínio senhoriais foram superadas pela identidade étnica, especialmente, enquanto durou o tráfico atlântico.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, em *A paz das senzalas*, por exemplo, propõem que o parentesco escravo era a possibilidade e o “cimento da comunidade cativa”<sup>14</sup>. Era o “solvente” imprescindível a senhores e escravos, através do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo, o casamento tornava possível esconjurar a “anomia” pelo estabelecimento de regras, através das quais a vida poderia ser vivida<sup>15</sup>. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política, pela ausência de conflitos e revoltas escravas. Segundo esses autores, as diferenças de origem entre os escravos e a constante entrada de novos africanos no país criavam um clima de fortes tensões e conflitos, que opunham escravos entre si e também a senzala e a casa-grande. Espécie “metanós”, a família escrava era um pilar do próprio escravismo, capaz de dirimir os conflitos e promover a paz nas senzalas<sup>16</sup>.

Também Hebe Mattos, no consagrado trabalho *Das cores do silêncio*, atribui à família escrava um papel importante no enfraquecimento de ações coletivas contra o sistema escravista<sup>17</sup>. Devido às altas taxas de masculinidade, o acesso a um casamento escravo e, conseqüentemente, a todos os benefícios provenientes — espaço mais privativo nas senzalas, acesso à exploração de uma roça própria e ainda o aumento das chances de alforria — era reservado, principalmente, a africanos ladinos e aos escravos crioulos. A família escrava (com todos os seus benefícios) foi um dos eixos básicos sobre o qual se constituiu uma “comunidade diferenciada” dentro das senzalas. Essa comunidade, com maiores chances que os demais de alcançar a alforria, buscava aproximar-se do mundo dos livres, em detrimento dos laços comunitários da senzala. Segundo Mattos, as distinções que parecem ter sido tão marcantes, pelo menos na Bahia, entre africanos e crioulos, inclusive no que se

refere a movimentos de rebeldia, possivelmente estiveram atreladas, entre outros fatores, à antiguidade no plantel e aos vínculos a partir daí estabelecidos.

Por último, Robert W. Slenes, no livro *Na senzala, uma flor* e também em recentes artigos, apresenta interpretações que enfatizam mais a coesão do que os conflitos nas senzalas, especialmente, no que diz respeito à primeira metade do século XIX<sup>18</sup>. Segundo Slenes, a estratégia de aproximação do mundo dos livres, por meio da construção de laços de parentesco e conquista de um trabalho especializado/doméstico, demandava muito tempo e nem sempre era bem-sucedida. Os escravos, segundo Slenes, desenvolviam uma “consciência dupla” que permitia, ao mesmo tempo, a construção de laços horizontais de ligação com os companheiros de escravidão e a busca de ascensão social via aproximação com a casa-grande. Além disso, para o autor, a predominância, no Sudeste brasileiro, particularmente na primeira metade do século XIX, de escravos provenientes de uma mesma grande região da África (o centro-oeste africano) facilitou a identificação cultural e a superação das diferenças decorrentes das políticas de dominação senhorial.

A partir do plano de insurreição de 1832 e da trajetória de seus conspiradores, pretendo debater o tema da mobilização coletiva das senzalas e suas conexões com a família escrava, o trabalho especializado/doméstico e a herança das tradições africanas. A metodologia utilizada neste livro é a chamada ligação nominativa de fontes<sup>19</sup>. A partir dos nomes dos revoltosos de 1832, registrados no processo crime, busquei cruzá-los com as informações disponíveis nos censos populacionais locais e nos registros de batismo e casamento escravo. Dessa forma, tentei rastrear o paradeiro dos revoltosos de 1832 em diferentes fontes e em diferentes épocas da vida deles antes do envolvimento com a trama rebelde. O cruzamento de fontes dependeu, sobretudo, da identificação dos nomes dos senhores dos rebeldes. Assim, o primeiro passo deste trabalho foi produzir uma lista com os nomes de todos os revoltosos de 1832 e de seus respectivos senhores, a partir da qual dei início ao trabalho de cruzamento de informações.

Como exemplo dessa metodologia, cito o caso do revoltoso Diogo Rebolo, escravo pertencente ao senhor de engenho Joaquim José dos Santos. O primeiro documento que consultei para encontrar informações sobre a trajetória do rebelde Diogo Rebolo foi o censo do ano de 1829, último levantamento populacional da cidade elaborado antes da descoberta do plano de insurreição. Produzido quase que anualmente desde a fundação de Campinas até o ano de 1829, o censo guarda informações valiosas para os historiadores, como nomes, idades, produção agrícola e relações familiares de senhores de engenho e escravos. A localização de Diogo Rebolo no censo populacional passou inicialmente pela identificação de seu senhor, já que as listas do censo estão organizadas pelos nomes dos chefes de propriedade. Dessa forma, percorri as diversas páginas do levantamento de 1829 até encontrar o nome de Joaquim José dos Santos. O mesmo trabalho foi feito ainda para os anos anteriores, retornando ao período em que esse senhor apareceu pela primeira vez no censo populacional de Campinas. Assim, ao seguir ano após ano os passos de Joaquim José dos Santos no censo local, pude identificar as transformações que o tempo imprimiu em sua vida e na dos seus escravos ao longo das primeiras décadas do século XIX.

O trabalho foi completado ainda com as informações dos registros de batismo e casamento escravo. Para cada um dos proprietários que teve cativos envolvidos na trama de 1832, rastreei todos os registros de casamento e batismo de suas escravarias. Partindo do ano de descoberta do plano de insurreição, fui retornando no tempo até localizar os primeiros registros feitos em nome dos senhores dos revoltosos, guardados na igreja matriz da cidade. Levantei, dessa forma, centenas de registros de batismo e casamento escravo, que me permitiram reconstruir parte das relações de parentesco que envolvia as senzalas citadas no plano de insurreição. Recorri também aos inventários *post-mortem*, abertos entre os anos 1801 e 1835. Por meio das listas avaliativas de escravos, pude esboçar um perfil demográfico da população cativa campineira e estabelecer comparações com o perfil dos revoltosos de 1832. Ao final, contava com uma gama enorme de fontes e da-

dos, que foram, pacientemente, analisados para conseguir *flashes* valiosos das trajetórias dos revoltosos de 1832.

Mais interessante, contudo, do que a descrição do método é o seu resultado. Por isso, passo logo para a apresentação dos capítulos, para que o leitor consiga seguir em frente e tirar suas próprias impressões. No primeiro capítulo, intitulado “Rebelião escrava em Campinas”, descrevo a estrutura do plano de revolta de 1832, ressaltando suas ramificações em diferentes engenhos e em duas cidades da província de São Paulo. Em seguida, apresento o cenário em que o plano de revolta estava inserido, relatando aspectos da fundação das fazendas envolvidas na trama de insurreição e da trajetória de seus proprietários. Comento ainda as transformações demográficas que Campinas passou nas três primeiras décadas do século XIX, ressaltando sua inserção no contexto mundial de produção de açúcar. É também no primeiro capítulo que dou início à reconstituição da trajetória dos revoltosos de 1832, analisando características como a origem, a idade, o tempo de vivência na escravidão campineira (antes da descoberta do plano) e as tarefas desempenhadas pelos revoltosos nas fazendas em que moravam.

No segundo capítulo, intitulado “Família escrava e revolta”, continuo o trabalho de reconstituição da trajetória dos revoltosos, dando destaque para o tema do parentesco escravo. Alternando a análise demográfica com um estudo qualitativo, apresento as proporções de escravos casados e solteiros do plano de insurreição e reconstituo grande parte das relações de parentesco dos revoltosos escravos. No terceiro capítulo, intitulado “Os líderes Diogo Rebolo e João Barbeiro”, acompanho a trajetória dos dois *principais* líderes do plano de revolta. Descrevo suas experiências de vida em Campinas, tentando identificar os motivos de suas lideranças e relações com a comunidade escrava. Faço ainda uma análise dos trabalhos dedicados ao estudo da rebeldia escrava no Brasil, destacando o papel atribuído às heranças africanas nos movimentos insurrecionais. Na Conclusão do livro, discuto as possíveis condenações sofridas pelos revoltosos e faço um balanço dos resultados encontrados, situando-os na Bibliografia. Finalmente, nos dois Anexos do livro apresento uma transcrição do processo

crime instaurado para investigar a trama dos revoltosos escravos e a localização dos proprietários citados no plano de 1832, nos censos populacionais de Campinas. Só me resta agora esperar que o leitor se tenha animado a prosseguir e desejar uma boa leitura.

## NOTAS

- 1 Ver Anexo 1, denúncia do sargento-mor Antônio Francisco de Andrade em 3 fev., 1832. Para a consulta do documento original, ver Traslado do processo crime, 3 fev., 1832, Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, lata 56, pasta 2, documento 80.
- 2 Na época do plano de insurreição de 1832, Campinas era chamada de Vila de São Carlos. Apenas em fevereiro de 1842 é que passa a ser chamada oficialmente de cidade de Campinas.
- 3 Correspondência do juiz de paz de Campinas, 27 fev., 1832, Aesp, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, lata 56, pasta 2, documento 62.
- 4 Ver Anexo 1, denúncia do sargento-mor Antônio Francisco de Andrade em 3 fev., 1832.
- 5 Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1977.
- 6 Idem, op. cit., pp. 35-41.
- 7 Idem, op. cit., pp. 128-99.
- 8 Sobre a Escola Paulista, ver os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difel, 1962; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo, Edusp, 1965; Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difel, 1966. Octavio Ianni, *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difel, 1962.
- 9 Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 10.
- 10 Silvia Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio — Os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil, século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998 (1995); Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor — Esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003 (1985).
- 11 Sobre a historiografia dedicada ao estudo dos quilombos, ver João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Flávio dos Santos Gomes, *História de quilombolas...* Trabalho pioneiro na análise de questões como etnia, classe e religião nas insurreições escravas é de João José Reis sobre a revolta dos Malês de 1835, *Rebelião escrava no Brasil...*
- 12 Regina Célia Lima Xavier, *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre, UFRGS, 2008.
- 13 Martin Lienhard, *O mar e o mato: histórias da escravidão*. Luanda, Kilombelombe, 2005.
- 14 Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas — Famílias escravas e tráfico atlântico: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p. 37.
- 15 Ibidem.
- 16 Idem, op. cit., p. 36.
- 17 Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio...*, pp. 123-50.
- 18 Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor...*, pp. 27-68.
- 19 Para exemplos de estudos que utilizam o mesmo método, ver Robert W. Slenes, "Senhores e subalternos no Oeste Paulista", in Luiz Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. vol. II. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 233-90. Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor...* Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.



- 121 Robert Slenes argumenta que, na segunda metade do século XIX em Campinas, os cargos especializados e domésticos eram ocupados preferencialmente por campineiros e cativos provenientes do Centro-Sul do Brasil (africanos e cativos vindos do Norte e Nordeste do Brasil tinham baixas porcentagens na ocupação desses cargos); ver Robert W. Slenes, "The demography...", p. 536. Schwartz também identificou que na Bahia, na segunda metade do século XVIII, a maior parte dos cargos especializados e domésticos era ocupada por pardos e crioulos. Stuart B. Schwartz, *Segredos internos...*, p. 137. Portanto, ao que parece, em diferentes locais e períodos podemos notar diferentes formas de controle por meio da distribuição de cargos especializados e domésticos nas fazendas.
- 122 Os casos de função especializada encontrados foram os seguintes: administração (administrador); trabalhadores engenho (banqueiro e moedor); transporte (carreiros e tropeiros); artesãos (carpinteiro, ferreiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, serreiro, lavrador de machado, feudaleiro, rebocedor); doméstico (cozinheiro, pajem, costureira).
- 123 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 111.
- 124 Inventários *post-mortem* de Campinas, CMU, TJC, 1819, 3º ofício, caixa 255, nº 6.615, Ana Maria Gusmão. Inventários *post-mortem* de Campinas, CMU, TJC, 1819, 1º ofício, caixa 20, nº 549, José Rodrigues Amaral. Inventários *post-mortem* de Campinas, CMU, TJC, 1819, 1º ofício, caixa 20, nº 547, Leonardo Moreira Cunha. Inventários *post-mortem* de Campinas, CMU, TJC, 1819, 1º ofício, caixa 20, nº 548, Rosa Maria Campos.
- 125 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteadó, 1819.
- 126 Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 178-90.
- 127 Inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, CMU, TJC, 1830, 1º ofício, caixa 9, nº 280.
- 128 Manolo Florentino e José Roberto Góes identificam ainda que os escravos especializados/domésticos tinham índices maiores de uniões legítimas, o que garantiria uma maior estabilidade conjugal, principalmente em momentos de partilhas de bens. Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas...*, p. 108.
- 129 Marcos Ferreira de Andrade, "Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)". Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1996, p. 193. Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas...*, pp. 178-90.

## FAMÍLIA ESCRAVA E REVOLTA

A trama de rebelião em 1832 apresentou um aspecto que ligava grande parte dos envolvidos: o parentesco. A partir das listas dos censos populacionais e da documentação eclesiástica, é possível reconstituir as relações de parentesco da maioria dos participantes do plano de insurreição. Família escrava e rebelião não se misturam? Para os escravos revoltosos de Campinas, família e rebelião caminharam juntas. A ligação dos 15 engenhos envolvidos na trama não nasceu em 1832, na verdade, a organização da revolta percorria um caminho de união já traçado pelo parentesco. Veremos inicialmente alguns dados sobre as taxas de casamento entre os revoltosos, para, logo em seguida, mergulhar nas relações familiares que crioulos e africanos construíram em Campinas nas primeiras décadas do século XIX.

### Casamento e rebelião

Percorrendo as listas do último censo populacional de Campinas, elaborado antes da descoberta do plano de revolta de 1832, foi possível identificar o estado matrimonial da maioria dos conspiradores. Dos 32 escravos acusados de envolvimento com a trama, consegui dados de 21, dos quais 13 eram solteiros e 8, casados. Transformando esses números em porcentagens, veremos, então, que 62% dos condenados no plano de revolta, com o estado matrimonial identificado, eram solteiros e 38% eram casados. Entre os capitães da trama cativa, a proporção dos casados é ainda maior. Das 11 lideranças, conseguimos informações para 7 escravos, dos quais 3 eram solteiros e 4, casados<sup>1</sup>.

A análise inicial desses dados impressiona pelo grande número de escravos casados entre os envolvidos no plano de revolta de 1832. A população escrava das 15 fazendas relacionadas à trama cativa, na década de 1830, era majoritariamente masculina. A porcentagem de homens entre os escravos adultos estava perto dos 80%, o que representava, entre outras coisas, poucas possibilidades de acesso a um casamento para a grande maioria dos cativos. Segundo o censo populacional de Campinas do ano de 1829, essas mesmas propriedades envolvidas no plano de revolta tinham uma proporção de homens adultos casados de 23%, ou seja, uma porcentagem abaixo dos dados identificados entre os revoltosos de 1832. Mesmo na hipótese de que todos os escravos que não tiveram o estado matrimonial identificado estejam na categoria de solteiros, os dados do plano de revolta revelariam ainda uma proporção superior de cativos casados do que a encontrada no censo populacional de 1829, seriam 24 solteiros (75%) e 8 casados (25%); seguindo o mesmo tipo de raciocínio para as lideranças, ficaríamos com 7 escravos solteiros (64%) e 4 casados (36%).

A historiografia sobre a família escrava no Brasil tem-se avolumado bastante nos últimos anos. Dos poucos estudos da década de 1970 que procuraram mostrar, a partir de dados demográficos, a existência de relações familiares entre os escravos, contamos atualmente com uma série de trabalhos que analisam os significados do parentesco e a importância da família na conformação da comunidade escrava. A tese, contudo, de que família escrava e mobilização coletiva das senzalas não se combinavam, não encontra respaldo no caso campineiro. Os dados do plano de insurreição de 1832 revelam que o casamento não foi impeditivo da mobilização coletiva das senzalas; de fato, os escravos casados marcaram presença não apenas como participantes do plano de revolta de 1832, mas ocuparam também os principais cargos de comando — entre as lideranças revoltosas, as proporções de cativos casados eram ainda maiores do que para todos os revoltosos em conjunto. A conquista do casamento, ao que parece, não foi suficiente para estabelecer a paz entre a casa-grande e a senzala<sup>2</sup>.

A partir do censo populacional de 1829, é possível avançar um pouco mais no tema e trazer mais dados para o debate. Dividi a população escrava adulta das propriedades envolvidas no plano de revolta de acordo com o estado matrimonial e em cinco faixas etárias 0-14 anos, 15-19 anos, 20-29 anos, 30-39 anos, 40 anos ou mais<sup>3</sup>.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS CASADOS E VIÚVOS POR FAIXA ETÁRIA

	Número total de escravos	% de casados e viúvos		
		Ambos os sexos	Homens	Mulheres
0-14 anos	140	2,1	0,0	5,2
15-19 anos	108	11,1	3,6	36,0
20-29 anos	190	31,1	20,9	73,0
30-39 anos	96	49,0	40,3	84,2
40 ou mais anos	46	67,4	62,5	78,6

Fonte: Levantamento populacional de 1829.

Podemos perceber que a proporção de escravos casados e viúvos, tanto de homens como de mulheres, aumenta significativamente com o passar do tempo. Enquanto na primeira faixa etária praticamente não encontramos escravos casados/viúvos (apenas três escravas: uma com 13 anos e duas com 14 anos), nas outras faixas de idade a proporção cresce até chegar ao topo de 62,5% no caso dos homens (40 anos ou mais) e 84,2% no caso das mulheres (30-39 anos). Tudo indica que, quanto mais velho era o escravo, mais chances tinha de alcançar um casamento. Já para as mulheres podemos dizer que o mesmo era verdade até a idade de 39 anos. Importante notar, todavia, que, mesmo com uma queda na porcentagem de mulheres casadas e viúvas na faixa etária de 40 anos ou mais, ainda seus números são significativamente superiores ao de homens casados. As altas taxas de masculinidade facilitavam o encontro de um parceiro<sup>4</sup>.

Esses dados são interessantes ainda para compararmos com as idades dos cativos envolvidos no plano de revolta de 1832. Como vimos, a grande maioria estava inserida na faixa etária de 20-29 anos (14 dos 21 escravos com a idade identificada, ou 66,6%). Dentre esses escravos, descobrimos que 4 eram casados, ou seja, 28,5% dos

revoltosos com idades variando de 20 a 29 anos eram casados; e, na população escrava das fazendas, apenas 20,9% dos homens escravos nessa faixa etária conquistavam um casamento. Já, na faixa etária de 30-39 anos, identificamos 4 escravos revoltosos, sendo 2 casados (50%). Na população cativa das fazendas, cerca de 40% dos escravos nessa mesma faixa etária eram casados, ou seja, uma proporção de escravos casados no plano de revolta superior à porcentagem do censo populacional. Finalmente, na faixa que compreende os escravos com 40 anos ou mais, identificamos 2 revoltosos, sendo os 2 casados (100%). Na população cativa das fazendas, 62,5% eram casados. Assim, a proporção de cativos casados envolvidos no plano de revolta não é superior apenas à porcentagem geral dos homens casados das fazendas, mas superior também em todas as faixas etárias.

A análise dos casamentos escravos permitiu revelar também mais dados da relação crioulo-africano. Como vimos anteriormente, a porcentagem de crioulos envolvidos no plano de revolta foi bastante significativa. Na verdade, seguiu uma proporção parecida com a porcentagem de crioulos adultos vivendo nas grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar da época<sup>5</sup>. O que por si só já pode ser tomado como um indicativo de que a relação entre esses dois grupos (crioulos e africanos) em Campinas, nas primeiras décadas do século XIX, não se deu de forma tão conflituosa, como a encontrada, por exemplo, na Bahia, na mesma época<sup>6</sup>. A partir dos registros de casamento das 15 propriedades envolvidas no plano de revolta de 1832, foi possível conseguir mais dados para o nosso argumento. Analisando um total de 150 registros, entre os anos 1792 e 1832, identificamos que a maioria dos casamentos realizados na igreja uniu africanos e africanas, 80% (N = 120), número seguido das uniões mistas, crioulo(a)-africano(a), 17,3% (N = 26), e por último temos os casamentos de escravos crioulos com crioulas, 2,7% (N = 4)<sup>7</sup>.

O grande número de casamentos envolvendo africanos com africanas é explicado pela alta concentração de cativos provenientes da África vivendo em Campinas nas três primeiras décadas do século XIX. Como vimos anteriormente, os africanos sempre fo-

ram maioria entre os escravos, nas primeiras décadas do Oitocentos, chegando a atingir níveis, já nos anos 1820, superiores a 90% da população escrava adulta. Portanto, seria plausível supor que os africanos formassem a maioria dos casais. Mesmo assim, é bastante significativo o fato de as uniões mistas serem bem mais numerosas que os casamentos de crioulos(as)-crioulas(os). Podemos pensar que, em uma situação de forte conflito entre crioulos e africanos, dificilmente os casamentos mistos seriam superiores às uniões de crioulos(as)-crioulas(os). As informações levantadas, portanto, conduzem à conclusão de que a relação crioulo-africano, nas primeiras décadas do século XIX, em Campinas, não era marcada por fortes tensões. Os dados mostram, na verdade, que a convivência entre os dois grupos permitia o estabelecimento de relações próximas tanto no cotidiano do cativo como no momento de rebelião coletiva.

O fato de a população crioula adulta nos anos 1830, em Campinas, ser descendente direta de africanos ajuda a explicar a questão. Grande parte dos crioulos adultos nesse período não era filho de crioulos que habitavam, havia várias décadas, a região, como ocorria em áreas de povoamento mais antigo, mas tinha pais africanos que haviam chegado ao Brasil ainda no começo do século XIX. Tratava-se, portanto, da primeira geração nascida em cativeiro, refletindo a proximidade com os escravos provenientes do outro lado do Atlântico. Além disso, o predomínio de cativos com origem no centro-oeste africano facilitou a identificação cultural dos crioulos, normalmente filhos de Benguelas, com escravos trazidos de Luanda e Cabinda que chegaram, mais expressivamente, no final da primeira década do século XIX e também na década seguinte<sup>8</sup>.

Nesse ponto é possível retomar ainda a questão da relação dos cativos provenientes de Angola e aqueles de outras regiões da África, levantada no primeiro capítulo. Defendi, anteriormente, a ideia de que a baixa participação dos cativos de Angola (norte e sul em conjunto) no plano de insurreição de 1832 não deveria ser analisada como um sinal de fortes tensões em relação aos demais grupos de procedência (particularmente, com os cativos do Con-

go Norte, maioria no plano de insurreição), mas como um indício da possibilidade de união entre escravos de diversas origens. Citei os argumentos de Vansina e Slenes sobre a proximidade cultural dos diversos povos provenientes do centro-oeste africano e também chamei atenção para o fato de que em uma situação de franca oposição entre cativos de Angola em relação aos demais, dificilmente, encontraríamos um cativo como Diogo Rebolo (com origem no norte de Angola) liderando um plano de maioria de rebeldes do Congo Norte. O fato de os crioulos serem, sobretudo, filhos de africanos Benguela (sul de Angola) traz ainda mais argumentos para o mesmo ponto. Se escravos da região sul de Angola não se entendessem bem com os escravos do Congo Norte ou de outras regiões africanas, também os seus filhos, possivelmente, tenderiam a repetir o mesmo comportamento. A porcentagem de crioulos no plano de 1832, contudo, com uma proporção similar à população crioula adulta das fazendas, sugere exatamente o contrário. Com pais africanos provenientes de Benguela, os crioulos não tiveram dificuldades em se aproximar de escravos do Congo Norte e de outras procedências para um projeto de insurreição.

Os dados conseguidos até agora, portanto, permitem dizer que nem o casamento e nem as diferenças de origem construíram barreiras intransponíveis para a formação de revoltas coletivas. Podemos, contudo, avançar mais nessas questões. As relações de parentesco não eram privilégio de nenhum grupo de origem, tanto os africanos como os crioulos estavam ligados a extensas redes familiares de escravos. Para alguns deles, é possível observar suas relações ainda mais de perto. Podemos trocar a lente de análise saindo do estudo demográfico para a micro-história e recuperar trajetórias familiares de homens e mulheres cativas, ao longo das primeiras décadas do século XIX.

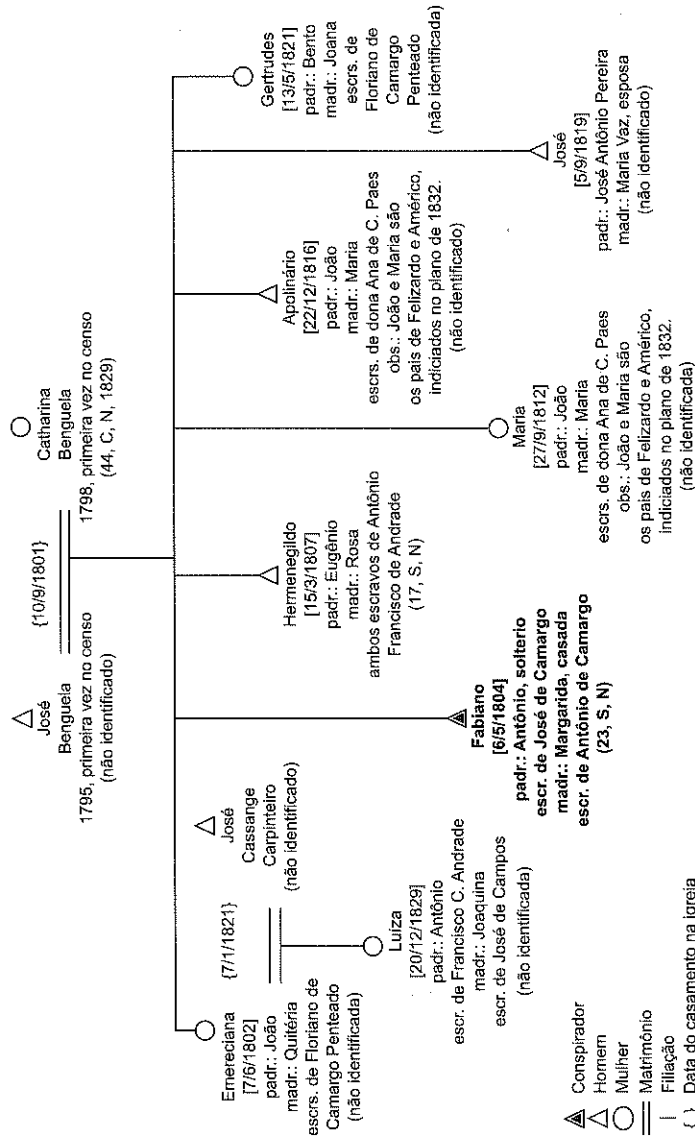
### *Os crioulos Fabiano, Américo e Felizardo*

Começemos com quem nasceu primeiro, Fabiano Crioulo, batizado em 6 de maio de 1804. Fabiano nasceu e viveu boa parte de

sua vida na Fazenda Duas Pontes, de Floriano de Camargo Penteado, na região de Campinas. Seus pais eram os escravos José e Catharina, ambos africanos, provenientes do sul de Angola (Benguela)<sup>9</sup>. José chegou na propriedade de Floriano de Camargo Penteado ainda no final do século XVIII, em 1795, com 13 anos de idade<sup>10</sup>. Nessa data, a fazenda ainda não tinha engenho para produzir açúcar e a população cativa era composta por 8 homens e 5 mulheres. Catharina aportou nessas terras 3 anos mais tarde, em 1798, com 16 anos de idade<sup>11</sup>. Veio junto com uma leva de escravos que Floriano de Camargo Penteado comprou entre 1795 e 1798, para dar início à produção de açúcar em seu próprio engenho — em 1798, Floriano de Camargo Penteado tornou-se senhor de engenho com uma safra de 1.550 arrobas de açúcar e 24 cativos.

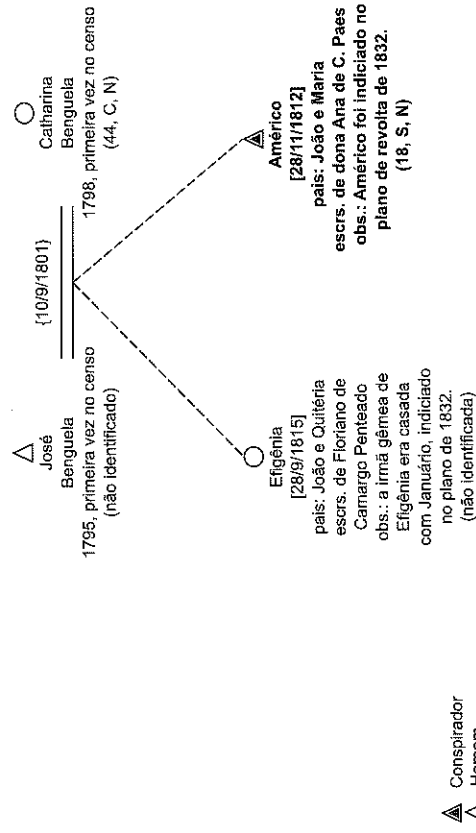
Em 1801, foi o ano em que pela primeira vez José e Catharina apareceram juntos na documentação consultada. Nessa data o censo populacional da cidade apresenta o estado matrimonial de ambos como casados<sup>12</sup>. Também nesse ano, encontrei o registro de casamento de José Benguela e Catharina Benguela na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Realizada no dia 10 de setembro, a união teve como testemunhas o forro Marcelino e o escravo Boaventura, pertencente a Antônio de Camargo Penteado, irmão e vizinho de Floriano de Camargo Penteado<sup>13</sup>. José e Catharina permaneceram unidos por vários anos, é possível mesmo que estivessem vivos em 1832, quando Fabiano se envolveu no plano de revolta. Seguindo as listas do censo populacional, encontramos o casal descrito um em seguida do outro até o ano de 1816, com o nome do José em cima e o de Catharina logo abaixo<sup>14</sup>. Depois dessa data, Floriano de Camargo Penteado mudou a maneira de apresentar seus escravos nas listas do censo e tornou o trabalho de segui-los ao longo do tempo bem mais difícil (depois dessa data, os casais não são mais descritos um embaixo do outro). De qualquer forma, após 1816 é possível encontrar sempre uma Catharina, casada, no censo da cidade. Em 1829, por exemplo, Catharina é apresentada como casada e com 44 anos de idade<sup>15</sup>.

FIGURA 2 - FAMÍLIA DE FABIANO CRIOULO



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

Figura 3 - AFILHADOS DE JOSÉ E CATHARINA (PAIS DE FABIANO CRIOULO)



- ▲ Conspirador
- Homem
- Mulher
- == Matrimônio
- - - Compadrio
- { } Data do casamento na igreja
- | | Data do batizado na igreja
- ( ) Características do censo de 1829; idade, S = solteiro, C = casado, V = viúvo, N = negro

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.



Com relação a José, todavia, fica bem mais difícil acompanhá-lo nas listas do censo da cidade depois de 1816. No ano de 1829, por exemplo, existem vários Josés no censo populacional com mais de 40 anos, porém nenhum deles com o estado matrimonial de casado<sup>16</sup>. Até o ano de 1821, sabemos que José e Catharina ainda estavam juntos, já que batizaram a filha Gertrudes na igreja<sup>17</sup>. Mas, depois disso, o José torna-se imperceptível na nossa documentação. Podemos, assim, levantar algumas hipóteses sobre os caminhos tomados por ele. Considerando que Catharina continua sendo apresentada no censo populacional da cidade com o estado matrimonial de casada, é bem provável que ela e José ainda estivessem juntos ao longo de toda a década de 1820. As listas do censo populacional normalmente registravam qualquer alteração no estado matrimonial dos escravos. Nesse sentido, se José tivesse falecido, Catharina teria seu estado matrimonial mudado para viúva. Isso nos leva a pensar em duas explicações para o sumiço de José em nossa documentação: primeiro, José teria sido vendido pelo seu senhor; segundo, acabou conseguindo a alforria. É difícil ter certeza sobre uma das duas, mas, considerando a antiguidade de José na propriedade de Floriano de Camargo Penteado, não é improvável que tenha obtido a tão almejada alforria, como acontecia com escravos da sua idade. Se este for o caso, então, podemos dizer que José e Catharina viram juntos seu filho Fabiano se envolver no plano de 1832.

Antes de continuar e falar um pouco mais da trajetória de José e Catharina, abrirei um breve parêntese para comentar como Floriano de Camargo Penteado apresentava seus escravos nas listas do censo populacional, pois isso acaba revelando um pouco da visão desse senhor sobre seus próprios cativos. Anualmente, os chefes de propriedade tinham que fazer uma listagem das pessoas que moravam em suas residências e enviar ao recenseador local. Essas listas tinham um certo padrão a ser seguido: no topo do documento, deveria ser apontado o nome do senhor (ou chefe da propriedade), depois o nome de sua esposa, em seguida o dos filhos, logo abaixo o dos agregados e então começavam a ser lançados os nomes dos cativos. Com relação aos escravos, não parecia

existir nenhuma norma específica de quem deveria ser descrito primeiro, quem viria em seguida etc. No caso de Floriano de Camargo Penteado, contudo, podemos dividir a forma como seus escravos eram descritos em duas etapas, estabelecendo o ano de 1816 como marco divisor. Até o ano de 1816, os casais escravos que existiam em sua propriedade, ou melhor, os casais que Floriano de Camargo Penteado reconhecia enquanto tais (frequentemente eram os mesmos que tinham suas uniões registradas na igreja) eram descritos juntos (o nome do homem primeiro e logo abaixo o nome de sua esposa) e no topo da relação dos escravos. Em seguida, vinham os nomes dos escravos e das escravas solteiras e por último os cativos com pouca idade, normalmente os crioulos nascidos na propriedade. É possível perceber ainda que os escravos recém-comprados eram descritos dentro da ala dos solteiros, nos últimos lugares, antes das crianças. Assim, analisando a hierarquia estabelecida pelo próprio documento, podemos dizer que estar descrito entre os primeiros escravos da lista era como estar mais próximo de seu senhor. José e Catharina, por serem casados, portanto, tinham seus nomes lançados sempre entre os primeiros cativos da lista, e após o ano de 1812, em particular, são apresentados como o segundo casal da senzala, ou seja, faziam parte dos nomes mais próximos da casa-grande — o primeiro casal da lista era João e Quitéria, sogros do escravo revoltoso Januário Cabinda; logo adiante, falaremos um pouco mais desse caso.

Depois de 1816, a forma de apresentação dos escravos de Floriano de Camargo Penteado na lista do censo mudou consideravelmente: primeiro, eram relacionados os homens casados e, logo em seguida, os homens solteiros; na sequência vinham as mulheres, também com as casadas primeiro e depois as solteiras; e, por último, eram descritas as crianças. Portanto, torna-se mais difícil perceber quem era casado com quem, as relações de parentesco entre os cativos e mais difícil ainda saber quem eram os novos escravos. Na verdade, é como se os cativos perdessem parte de suas individualidades (pelo menos, aos olhos senhoriais que fizeram a lista); todos são descritos juntos, primeiro os homens e depois as mulheres. É claro que casais como José e Catharina e os

outros casados não foram esquecidos pelo seu senhor, já que ainda são apontados à frente dos escravos solteiros, mas a forma como foram compostas as listas do censo após 1816 pode estar refletindo uma mudança na relação de Floriano de Camargo Penteado com sua própria escravaria. Entre os anos 1816 e 1829, a população cativa desse senhor ultrapassou a casa da centena (em 1816 possuía 83 escravos, já em 1818 tinha 107 escravos, em 1822 passou para 163, em 1829 totalizava 136 escravos)<sup>18</sup>, além disso, um censo das propriedades rurais de Campinas de 1818 mostra que Floriano de Camargo Penteado nessa data já tinha 4 propriedades, e em 1830 esse número subira para 7<sup>19</sup>. Portanto, os contatos desse senhor com seus escravos certamente se tornaram bem menos frequentes do que eram no começo do século XIX e também sua visão sobre seus escravos tornara-se menos particular que antes. Pode ser, portanto, que o crescimento econômico de Floriano de Camargo Penteado, amparado no aumento do número de escravos e propriedades, estivesse favorecendo a formação de uma comunidade escrava cada vez mais autônoma, com menos proximidade senhorial. Fecho aqui o parêntese aberto anteriormente.

José e Catharina tiveram um total de sete filhos batizados na igreja<sup>20</sup>. Fabiano era o segundo filho do casal, nascido depois de Emereciana. Os padrinhos de Fabiano foram Antônio, escravo solteiro, pertencente a José de Camargo (José de Camargo era o pai de Floriano de Camargo Penteado) e Margarida, casada com outro Antônio, escravos de Antônio de Camargo Penteado<sup>21</sup>. Dos seis irmãos de Fabiano, um teve padrinhos livres em seu batismo, o crioulinho José, o sexto filho do casal José e Catharina<sup>22</sup>. Com relação aos padrinhos dos demais, identifiquei que dois pertenciam ao próprio Floriano de Camargo Penteado, dois eram cativos de Antônio de Camargo Penteado e outros dois pertenciam a Antônio Francisco de Andrade. Para quem já se esqueceu, as propriedades de Floriano de Camargo Penteado, de Antônio de Camargo Penteado e Antônio Francisco de Andrade tinham escravos envolvidos no plano de 1832. Com isso, é possível começar a vislumbrar que o contato entre as fazendas interligadas pela trama não foi cons-

truído momentaneamente para a revolta; na verdade, existia desde havia muito.

Descobrimos ainda que Emereciana, a irmã mais velha de Fabiano, casou-se na igreja em 1821 com José Cassange, e o casal batizou a filha Luíza em 1829<sup>23</sup>. No inventário da esposa do Floriano de Camargo Penteado em 1830, Emereciana e sua pequena filha foram entregues à herdeira dona Bárbara; José continuou com o próprio Floriano de Camargo Penteado. Já os outros irmãos de Fabiano não chegaram a se casar, pelo menos não consegui identificar pistas que mostrassem esse tipo de informação. Hermenegildo, nascido em 1807, logo depois de Fabiano, ficou com o próprio Floriano de Camargo Penteado no inventário de 1830; Maria, nascida em 1812, devido ao nome comum, não deixou pistas fáceis para rastrear seu paradeiro, acabou-se perdendo em meio a outras tantas Marias descritas em nossa documentação; Apolinário, nascido em 1816, foi entregue ao herdeiro Francisco José de Camargo; José, nascido em 1819, foi o único de todos que teve os padrinhos livres, mas, assim como as Marias, não conseguimos identificar notícias mais precisas a seu respeito; Gertrudes, a irmã mais nova de Fabiano, nascida em 1821, nunca chegou a ser registrada no censo e também não aparece no inventário de 1830, o que pode significar, então, que tenha tido um destino comum entre tantas outras crianças escravas, morrendo com pouco tempo de vida; ou, quem sabe, conseguido a alforria, logo ao nascer, o que também não era incomum<sup>24</sup>.

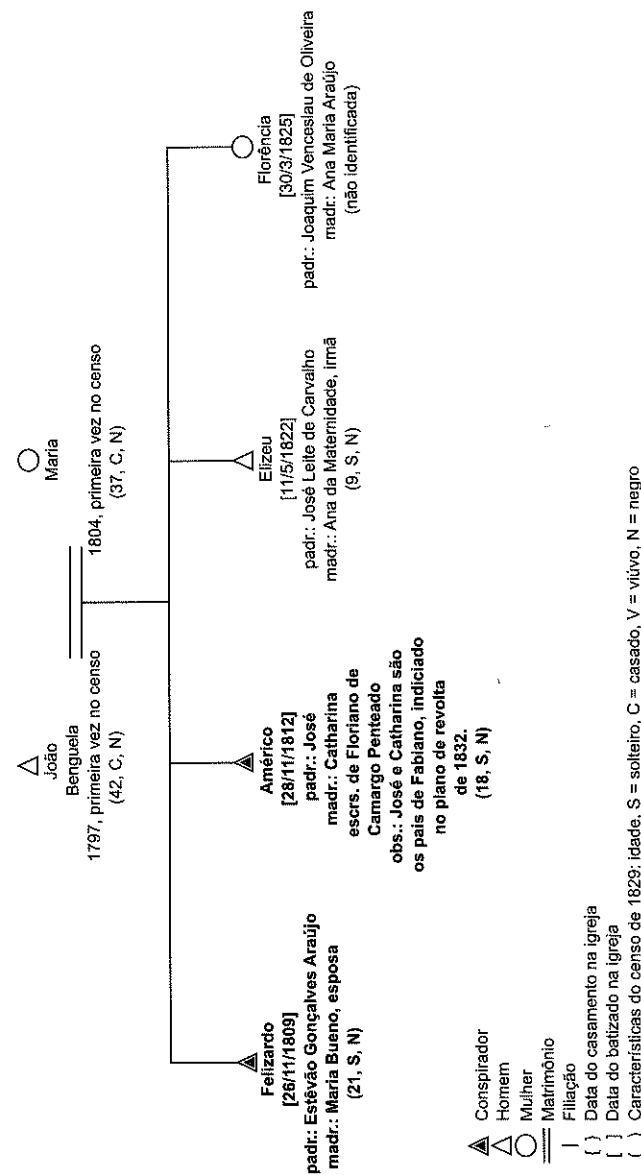
Ainda sobre os pais de Fabiano, José e Catharina, é preciso notar que eles foram padrinhos de dois escravos batizados na igreja matriz de Campinas. O casal batizou Efigênia, filha de João e Quitéria, escravos do próprio Floriano de Camargo Penteado e também Américo, em 28 de novembro de 1812, escravo de dona Ana de Campos Paes (mulher do falecido Antônio de Camargo Penteado), filho dos escravos João e Maria<sup>25</sup>. O curioso nessas relações de compadrio estabelecidas por José e Catharina é que ligavam três famílias escravas que tiveram rebeldes no plano de 1832. Falarei mais adiante sobre o caso da crioulinha Efigênia e de seus pais João e Quitéria (os mais afoitos podem encontrar na

Figura 15 todas as relações de parentesco dos revoltosos que consegui identificar). Gostaria de chamar a atenção, no momento, para o caso do afilhado Américo. Ele e seu irmão Felizardo são justamente os outros dois crioulos envolvidos no plano de 1832. As suas trajetórias em Campinas e de seus familiares são o nosso próximo foco de atenção.

A história da família dos crioulos Felizardo e Américo remonta ao final do século XVIII, quando seus pais, os africanos João e Maria, desembarcaram na região. A primeira vez em que encontrei João no censo populacional da cidade de Campinas foi no ano de 1797, com 16 anos e solteiro. Já Maria chegou à fazenda de seu senhor, ao que tudo indica, em 1804. Ela é descrita como tendo 12 anos e solteira. João era proveniente do sul de Angola (Benguela), e Maria, mesmo não tendo sua origem identificada, muito provavelmente veio também dessa mesma parte da África, a julgar pelos dados do censo populacional de 1801, em que quase a totalidade dos africanos vinham de Benguela. Parece que não demorou muito tempo para que João e Maria decidissem juntar suas vidas para dividir as agruras do cativo. O censo muda o estado matrimonial de João e Maria de solteiros para casados apenas no ano de 1811<sup>26</sup>, mas o certo é que antes disso já estavam juntos, pois em 1809 é registrado o batismo de Felizardo, o primeiro filho do casal levado à igreja matriz da cidade<sup>27</sup>.

João e Maria tiveram um total de quatro filhos registrados na igreja: Felizardo, nascido em 1809 e batizado em 26 de novembro desse mesmo ano; Américo, nascido em 1812; Elizeu, em 1822; e Florência, em 1825<sup>28</sup>. Diferentemente da maioria dos cativos batizados na igreja, todos esses crioulos tiveram padrinhos livres, com exceção apenas de Américo que fora batizado por José e Catharina. Os padrinhos de Felizardo foram Estêvão Gonçalves de Araújo e Maria Bueno (sua esposa); os padrinhos de Elizeu foram José Leite de Carvalho e Ana Maria da Maternidade (sua irmã), e os da crioula Florência foram Joaquim Venceslau de Oliveira e Ana Maria Araújo. Não consegui identificar se esses padrinhos livres eram parentes de Antônio de Camargo Penteado ou de sua esposa. Mas, a julgar pelos seus sobrenomes, podemos sugerir que

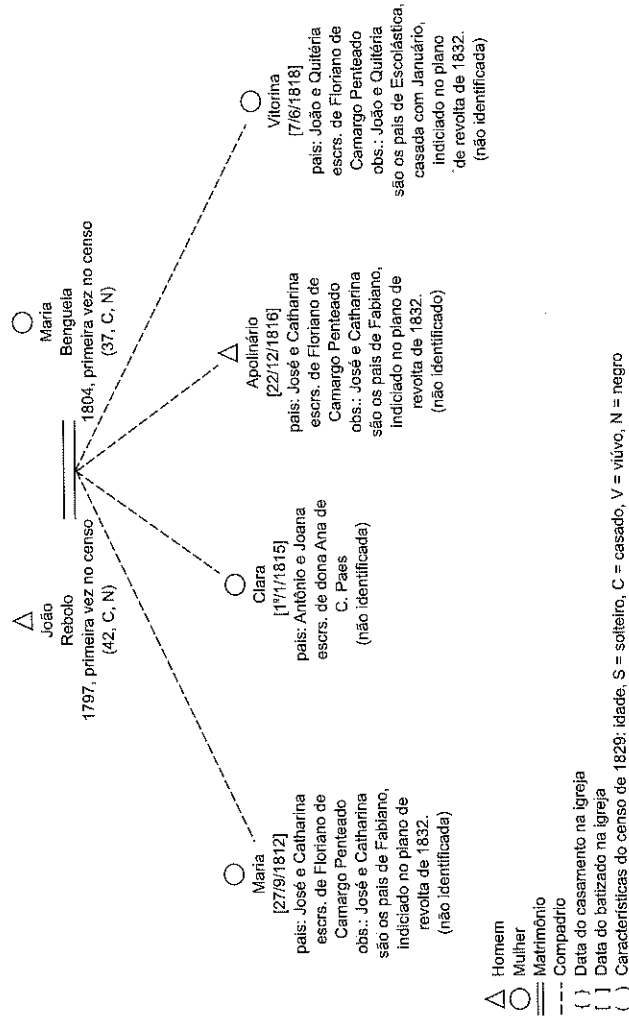
FIGURA 4 – FAMÍLIA DE FELIZARDO CRIULO E AMÉRICO CRIULO



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.



FIGURA 5 – AFILHADOS DE JOÃO E MARIA (PAIS DE FELIZARDO CRIOULO E AMÉRICO CRIOULO)



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

eram ligados entre si por relações familiares. O padrinho Estêvão Gonçalves de Araújo não seria parente de Ana Maria de Araújo? É bem possível que sim. Podemos notar também que os padrinhos do crioulo Elizeu eram irmãos. Assim, acredito que a maior parte desses padrinhos pertenciam a uma mesma família e eram próximos, de alguma forma, dos escravos de Antônio de Camargo Penteado e sua esposa dona Ana de Campos Paes<sup>29</sup>.

O fato de esses cativos terem padrinhos livres pode indicar, em primeiro lugar, que João e Maria possuíam contatos frequentes com pessoas livres, o que era facilitado principalmente por escravos que desempenhavam alguma profissão especializada ou doméstica. No inventário de 1812, de Antônio de Camargo Penteado, o avaliador não teve o cuidado de especificar a tarefa desempenhada pelos cativos na propriedade. Olhando, porém, as listas do censo populacional, percebemos que, a partir do ano de 1822, o casal João e Maria é apresentado em segundo lugar na lista, ou seja, faziam parte dos cativos mais próximos do nome senhorial — pode ser, portanto, que essa proximidade simbólica apresentada pelas listas refletissem também uma proximidade no cotidiano.

Mas qual a importância de um padrinho livre para os crioulos escravos e suas famílias? Robert Slenes em *Senhores e subalternos no Oeste Paulista* conta uma história acontecida em Campinas, no ano de 1854, que ajuda a iluminar a questão. Joana e seus filhos eram escravos de um senhor que decidiu alforriá-los em seu leito de morte. O homem escolhido para servir de tutor dos filhos menores de Joana foi Feliciano Cavalheiro Leite. A escolha não foi aleatória. Feliciano Cavalheiro Leite era justamente um dos padrinhos de batismo da menor Cândida. Feliciano Leite aceitou a tarefa e na “linguagem da lei” prometeu “zelar das suas pessoas, tratar das suas demandas e negócios e requerer todo o seu direito e justiça para que não sofressem prejuízo e lesão alguma”<sup>30</sup>.

Pouco tempo depois, Feliciano Leite ajudou novamente a família de Joana, concordando em representar Francisco (marido de Joana e pai das crianças) na Justiça, quando esse homem veio requerer a liberdade. Dessa forma, o padrinho livre não só cola-

borou com a afilhada escrava, como garantiu apoio e proteção para toda a família. No ano de 1832, quando Felizardo foi condenado por envolvimento no plano de revolta, teriam seus padrinhos livres intercedidos por ele junto a dona Ana de Campos Paes? É possível que sim; não é completamente improvável que essas ligações com o mundo dos livres possam ter colaborado, quem sabe, até mesmo no abrandamento de castigos aplicados por sua senhora.

Além de uma possível proximidade do casal João e Maria com a casa senhorial, é importante notar também que o casal tinha bastante consideração dentro da própria comunidade escrava. João e Maria foram convidados quatro vezes para batizar outros escravos. Um número bastante alto de batismo para um mesmo casal escravo. Na propriedade de dona Ana de Campos, foram um dos que mais tiveram afilhados. Revelador ainda é identificar os afilhados desse casal. A primeira crioula que João e Maria batizaram foi a cativa Maria, filha dos nossos já conhecidos, José e Catharina, pais de Fabiano; o segundo afilhado do casal João e Maria é Clara, filha de Antônio e Joana, escravos da própria dona Ana de Campos; o terceiro afilhado é o crioulo Apolinário, também filho de José e Catharina, batizado em 1816; já a última afilhada é Vitorina, filha de João e Quitéria, escravos de Floriano de Camargo Penteado (vale a pena lembrar que João e Quitéria tiveram uma filha casada com um dos capitães do plano de revolta de 1832)<sup>31</sup>.

Esses dados mostram que as relações entre os escravos de Floriano de Camargo Penteado e os cativos de seu irmão Antônio de Camargo Penteado e sua esposa, dona Ana de Campos, sempre foram muito próximas. Dos quatro afilhados de João e Maria, três eram moradores das propriedades de Floriano de Camargo Penteado. Isso, porém, não era uma exceção. Analisando todos os registros de batismo da propriedade de Antônio de Camargo Penteado entre 1792 e 1832, notamos que os escravos desse senhor, ao buscar padrinhos para seus filhos, procuravam escravos preferencialmente nas propriedades de Floriano de Camargo Penteado, em detrimento da própria fazenda em que moravam. Nas propriedades de Floriano de Camargo Penteado, encontramos uma situação um pouco diferente, mas de certa forma completa as informações

acima. Ao definir padrinhos escravos para seus filhos, os cativos de Floriano de Camargo Penteado escolhiam em primeiro lugar escravos da própria fazenda e em segundo lugar buscavam padrinhos na fazenda de Antônio de Camargo Penteado. Sem dúvida alguma, a concepção de comunidade escrava passava por cima da cerca das duas propriedades. Não é à toa que, em 1832, as fazendas de Floriano de Camargo Penteado e também as de seu irmão tiveram cativos citados no plano. Se os escravos de ambas tinham fortes contatos, estabeleciam importantes relações de parentesco, por que, então, no momento de confiar a um parceiro a elaboração de um plano de revolta as escolhas seriam diferentes? Não foram.

Importante notar ainda que, no ano de 1829, é possível identificar no censo populacional da cidade toda a família de Felizardo e Américo, com exceção apenas da jovem Florência. Essa crioula que nascera em 1825 nunca foi encontrada em nossa documentação<sup>32</sup>. Assim, pode ter sofrido o mesmo destino de muitas crianças escravas da época que morriam com poucos anos de vida ou então, quem sabe, acabou conseguindo a alforria. De qualquer forma, podemos dizer que quase toda a família dos crioulos Felizardo e Américo estava viva no momento em que esses dois cativos foram indiciados por envolvimento com o plano de revolta de 1832.

Ao falar de compadrio escravo, como vimos nas histórias dos crioulos Fabiano, Felizardo e Américo, certas indagações aparecem. Tenho mostrado que as relações de compadrio foram importantes para ligar diversas propriedades relacionadas com a revolta de 1832. Porém até que ponto as escolhas de padrinhos ou madrinhas não eram aleatórias, pegando duas pessoas que estivessem presentes na igreja no momento do batismo? Qual a autonomia escrava no momento da escolha? Não são perguntas fáceis de responder, mas uma das maneiras de se aproximar da questão é olhar com mais cuidado para o próprio ritual do batismo. A análise de todos os registros de batismo das propriedades envolvidas na trama de 1832, por exemplo, mostra que raramente ocorriam batismos coletivos de escravos, como era comum nos casos de casamentos escravos<sup>33</sup>. As duas únicas vezes em que isso foi identificado em nossa amostra foi nos anos de 1826 e 1827<sup>34</sup>. Na primeira data,

Floriano de Camargo Penteado levou seis crioulinhos para serem batizados no mesmo dia; já na segunda data, Francisco Ignácio de Souza Queiroz batizou quatro escravos também em um mesmo dia. Nas duas situações, porém, parece ter ocorrido uma coincidência de nascimentos em datas próximas.

Os dois proprietários eram donos de centenas de escravos e, portanto, não era incomum o nascimento de alguns cativos na mesma época — nos dois casos, identifiquei registros de cerimônias de batismo ocorrendo um mês antes do batizado coletivo e também por volta de dois meses depois, indicando, portanto, que, se o batizado coletivo fosse uma prática deliberada, certamente Floriano de Camargo Penteado e Francisco Ignácio aguardariam o nascimento dessas outras crianças para levá-las todas juntas à igreja<sup>35</sup>. O que chama a atenção nos dois casos de batizado coletivo, porém, é o fato de todas as crianças terem padrinhos distintos, marcando diferença significativa em relação aos casamentos coletivos de escravos, ocasião em que uma ou duas pessoas atuavam como testemunhas em várias cerimônias.

A questão dos limites da autonomia escrava na escolha de padrinhos e madrinhas, contudo, ainda permanece. Se as escolhas não eram aleatórias, qual o grau de liberdade dos cativos em suas escolhas? Em primeiro lugar, as escolhas de padrinhos e madrinhas escravas dependiam, certamente, de uma aprovação senhorial; características de um sistema que transformava homens e mulheres em propriedade privada. Isso, contudo, é muito diferente de pensar que todas as escolhas de padrinhos e madrinhas eram decididas pelos senhores ou que não existia lógica alguma nas relações de compadrio. Os registros de batismo das propriedades dos revoltosos, mais uma vez, dão uma pista. Situação reveladora é o caso dos escravos José e Catharina (os pais de Fabiano) e João e Maria (pais de Felizardo e Américo). Dissemos que o casal José e Catharina teve a filha Maria batizada em 27 de setembro de 1812; os padrinhos foram João e Maria (O nome da afilhada seria uma homenagem à madrinha?); dois meses depois, em 28 de novembro de 1812, José e Catharina tornam-se padrinhos de Américo, o segundo filho de João e Maria. A história de relação entre essas

duas famílias não parou por aí, João e Maria batizaram o crioulo Apolinário, também filho de José e Catharina, quatro anos mais tarde, em 22 de dezembro de 1816<sup>36</sup>.

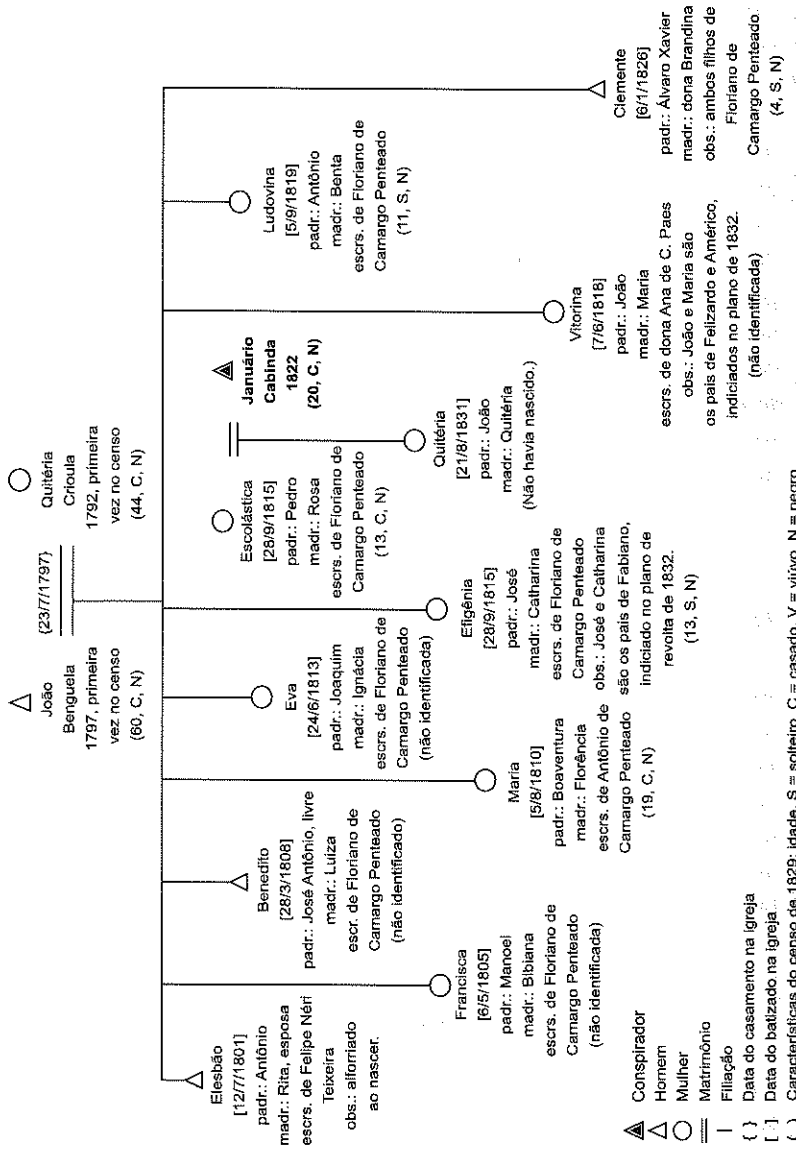
Ora, é difícil acreditar, nesse caso, que os casais escravos não tiveram nenhuma interferência na escolha dos padrinhos de seus filhos. Em que interessaria a um senhor deslocar uma escrava grávida de sete meses e seu marido para batizarem o filho de um casal de escravos da fazenda vizinha e, dois meses depois, o senhor da fazenda vizinha mandar o mesmo casal que tinha acabado de ganhar um filho para batizar os escravos da propriedade ao lado? Certamente teve papel fundamental aí a atuação dos próprios cativos. É possível afirmar, ainda, que o fato de certos escravos serem escolhidos por outros parceiros de escravidão para batizarem seus filhos demonstra a consideração e o respeito que tinham dentro da comunidade em que viviam, e os laços que foram construindo ao longo do tempo.

### *As famílias dos africanos revoltosos de 1832*

Dos escravos africanos revoltosos de 1832, consegui identificar que oito deles eram casados. Em cinco casos foi possível recuperar parte de suas histórias familiares. Os cinco escravos são: Januário Cabinda, capitão da Fazenda São Bento, pertencente a Floriano de Camargo Penteado; Francisco, escravo de Antônio Francisco de Andrade; Miguel Monjolo, de Theodoro Francisco de Andrade; Diogo Rebolo, líder máximo dos escravos em Campinas, pertencente a Joaquim José dos Santos; e Ignácio, pertencente a Antônio Corrêa Barboza. Começaremos com o capitão da propriedade São Bento, Januário Cabinda.

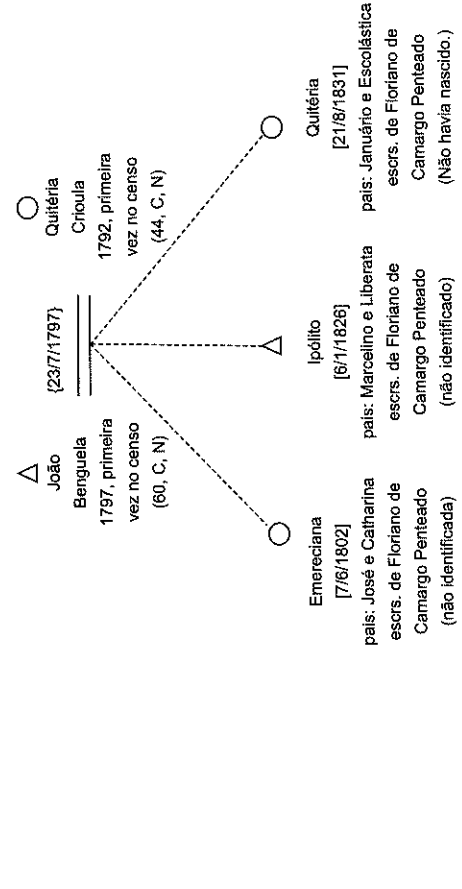
Proveniente da região do Congo Norte na África, Januário chegou à propriedade de seu senhor entre os anos 1819-1822. Nessa época era ainda muito jovem, com 13 anos de idade e solteiro<sup>37</sup>. Foi mandado para a Fazenda São Bento, uma das quatro propriedades que Floriano de Camargo Penteado possuía em Campinas naquele período. Com o passar dos anos, Januário conseguiu

FIGURA 6 - FAMÍLIA DE JANUÁRIO CABINDA



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento; escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

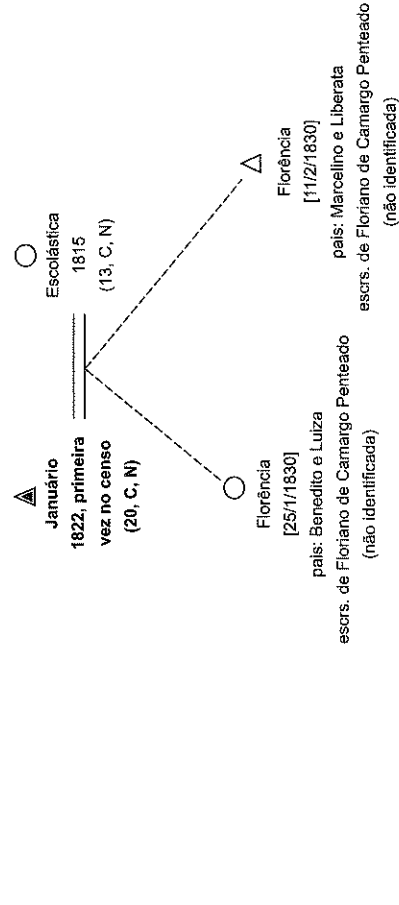
FIGURA 7 - AFILHADOS DE JOÃO E QUITÉRIA



- △ Homem
- Mulher
- ══ Matrimônio
- Compadrio
- { } Data do casamento na igreja
- [ ] Data do batizado na igreja
- ( ) Características do censo de 1829: idade, S = solteiro, C = casado, V = viúvo, N = negro

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento; escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

FIGURA 8 - AFILHADOS DE JANUÁRIO CABINDA E ESCOLÁSTICA CRIOLA



- ▲ Conspirador
- △ Homem
- Mulher
- Matrimônio
- - - Compadrio
- { } Data do casamento na igreja
- [ ] Data do batizado na igreja
- ( ) Características do censo de 1829: idade, S = solteiro, C = casado, V = viúvo, N = negro

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

estabelecer laços de companheirismo com outros parceiros de cativo e também o matrimônio com a escrava Escolástica, uma cativa nascida na própria fazenda, no ano de 1815<sup>38</sup>. Não encontramos o registro de casamento do casal na igreja matriz da cidade, mas consegui localizar o registro de batismo da primeira filha de Escolástica e Januário em 1831, chamada Quitéria, o que demonstra que muito possivelmente ambos estavam juntos no ano de descoberta do plano de insurreição.

Os pais de Escolástica eram os cativos João e Quitéria, um dos casais mais antigos da fazenda. João aportou nessas terras ainda no final do século XVIII, proveniente de Benguela, e foi um dos primeiros escravos que Floriano de Camargo Penteado comprou quando chegou em Campinas<sup>39</sup>. Quitéria era crioula, filha de Caetano e Jozefa, e chegou em Campinas com seu senhor no ano de 1792<sup>40</sup>. João e Quitéria aparecem juntos pela primeira vez no censo populacional de 1797<sup>41</sup>. Também nessa data identifiquei o registro de casamento de João e Quitéria na igreja; eles foram os primeiros escravos que o Floriano de Camargo Penteado levou à matriz da cidade para receber as bênçãos do pároco. As testemunhas da cerimônia foram os escravos Simão, pertencente ao próprio Floriano de Camargo Penteado, e Joaquim, cativo de Francisco Ignácio<sup>42</sup>.

João e Quitéria formaram uma família bastante extensa, tiveram ao todo dez filhos batizados na igreja, três homens e sete mulheres, incluindo Escolástica<sup>43</sup>. O primeiro foi Elesbão, batizado em 1801, depois veio Francisca em 1805, Benedito em 1808, Maria em 1810, Eva em 1813, Escolástica e sua irmã gêmea, Efigênia, em 1815, Vitorina em 1818, Ludovina em 1819 e Clemente em 1826. Os padrinhos de batismo dessas crianças eram na maioria dos casos escravos pertencentes ao próprio Floriano de Camargo Penteado (quatro eram de Floriano de Camargo Penteado, três pertenciam a seu irmão Antônio de Camargo Penteado e um a Felipe Néri Teixeira). Apenas um dos batizados, o crioulinho Benedito, teve padrinho livre, José Antônio, e a madrinha escrava, Luíza. Também o último filho de João e Quitéria contou tanto com um padrinho livre, Álvaro Xavier, e com uma madrinha livre,



dona Brandina, ambos filhos de Floriano de Camargo Penteado, o que faz pensar na proximidade e estima que João e Quitéria tinham com a casa senhorial.

É interessante destacar que as relações de compadrio acabavam ligando João e Quitéria a outros escravos envolvidos no plano de revolta. Os padrinhos da pequena Efigênia, nascida em 1815, foram os escravos José e Catharina, pais de Fabiano Crioulo, envolvido na trama insurrecional de 1832. Também o casal de escravos João e Maria, pais de Américo Crioulo e Felizardo Crioulo, indicados na tentativa de revolta de 1832, batizaram Vitorina em 1818. A história, contudo, não parou aí, pois Emereciana, a primeira filha de José e Catharina, foi batizada por João e Quitéria ainda no ano de 1802. Depois disso, o casal apadrinhou ainda na igreja o crioulo Ipólito, em 1826, e a própria neta, que levou o mesmo nome da avó, filha do rebelde Januário e da Escolástica, no ano de 1831. Podemos perceber, dessa forma, como certos revoltosos estavam unidos por uma longa rede de parentesco escravo — pelo menos, quatro conspiradores já podem ser ligados nessa rede, Américo, Felizardo, Fabiano e Januário. As ligações entre os casais João e Quitéria, José e Catharina, e João e Maria (todos os três casais tiveram uma trajetória muito parecida, foram os primeiros escravos de suas senzalas e formaram uma extensa rede de parentesco), certamente, tiveram um peso fundamental nos contatos estabelecidos entre seus filhos e afilhados. Em 1832, parte da parentela estava unida novamente, lutando por suas liberdades.

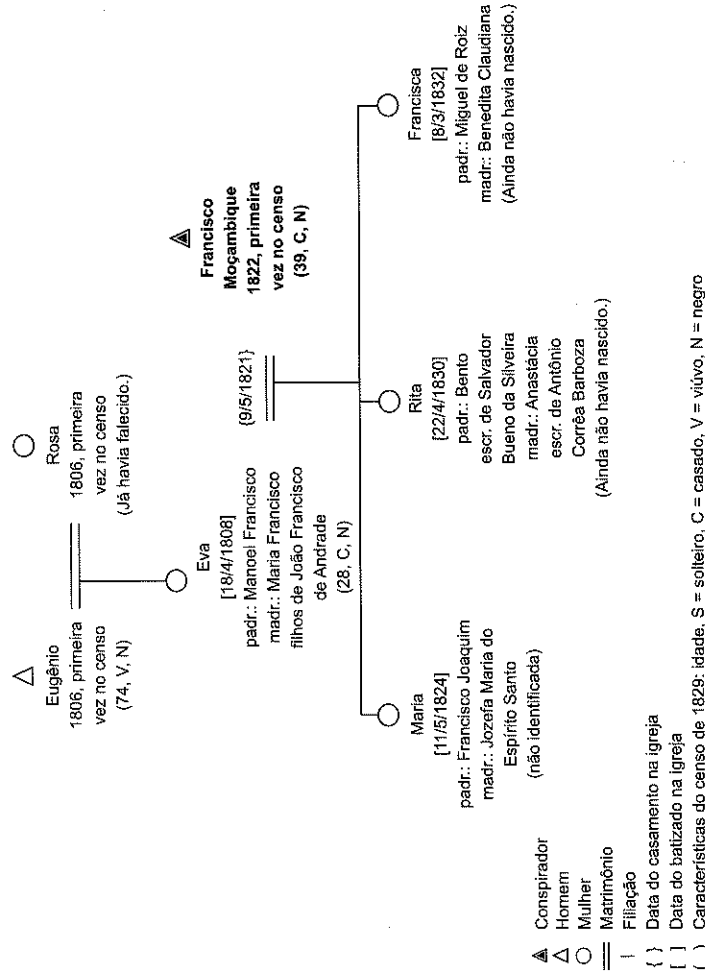
Quanto a Januário e a Escolástica, pude identificar que foram padrinhos de duas crioulas, ambas chamadas Florência. A primeira Florência, batizada em 25 de janeiro de 1830, era filha de Benedito e Luíza (Seria o mesmo Benedito Ferreiro da revolta?), escravos de Floriano de Camargo Penteado. Já a segunda, batizada pouco menos de um mês depois, era filha de Marcelino e Liberata, pertencentes ao mesmo Floriano de Camargo Penteado<sup>44</sup>. Interessante notar, nesse último caso, que os pais de Escolástica também eram compadres de Marcelino e Liberata, já que haviam batizado o primeiro filho desse casal, Ipólito, em 1826<sup>45</sup>. No ano de 1829, é possível identificar boa parte da família de Januário e Escolás-

tica ainda vivendo nas propriedades de Floriano de Camargo Penteado, apesar das dificuldades de acompanhar por muito tempo os nomes de alguns escravos. Os pais da Escolástica, João e Quitéria, ao que parece, ainda estavam vivos nessa época — identifiquei no censo de 1829 dois cativos que aparentemente são os seus pais, a julgar pelas idades e pelo estado matrimonial; um deles chamava-se João, tinha 60 anos de idade e era casado, o outro nome indicado era o de Quitéria, de 44 anos e casada.

Quanto aos irmãos de Escolástica, é possível dizer que quase todos ainda estavam vivendo na propriedade de Floriano de Camargo Penteado. Não consegui informações, apenas, dos escravos Francisca, Benedito, Eva e Vitorina, que podem estar na própria lista, perdidos entre tantos outros cativos com nomes semelhantes ou então terem tido o destino comum a vários outros escravos, como a venda ou o falecimento<sup>46</sup>. Quanto à partilha do inventário da mulher de Floriano de Camargo Penteado em 1830, as dificuldades de identificar o rumo tomado dos familiares de Januário e Escolástica são ainda maiores. Mas podemos dizer que acabaram não indo muito longe, já que vários continuaram com o próprio Floriano de Camargo Penteado e outros foram entregues a herdeiros menores que ainda moravam com o capitão<sup>47</sup>. Assim, no ano de 1832, quando Januário fora acusado de envolvimento no plano de revolta, grande parte de sua família ainda estava viva e morando em propriedades próximas.

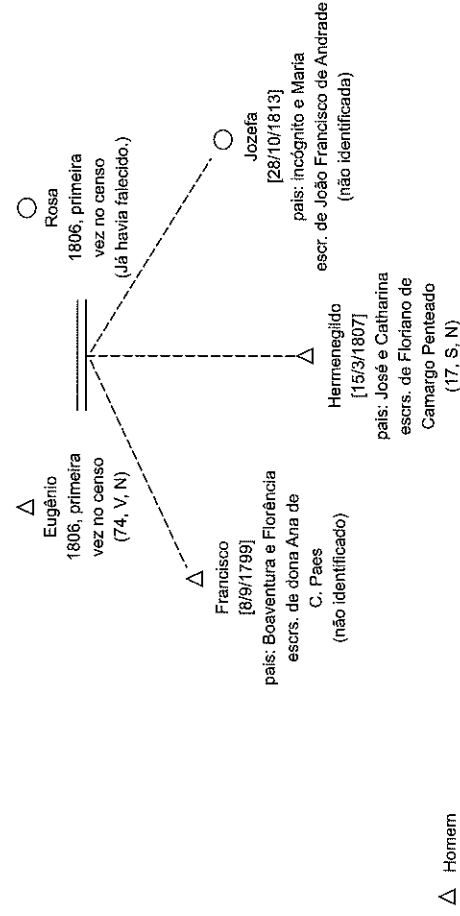
Outro revoltoso de 1832 que conseguiu se casar durante os anos de cativeiro em Campinas é o africano Francisco. As dificuldades em conseguir dados sobre a trajetória desse cativo começam com a tentativa de identificá-lo no censo populacional de 1829. O senhor de Francisco, Antônio Francisco de Andrade, teve um total de três escravos indiciados no plano de rebelião, um cativo chamado Francisco Monjolo, outro Francisco Moçambique cozinheiro e um conhecido como José. No censo de 1829, encontramos exatamente dois Francisco, possivelmente, os mesmos envolvidos no plano de rebelião. A dificuldade, porém, está em saber quem é o cativo Monjolo e quem é o Moçambique cozinheiro. Um dos Francisco tem 39 anos e é casado, e o outro possui 36 anos e é listado

FIGURA 9 - FAMÍLIA DE FRANCISCO MOÇAMBIQUE



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

FIGURA 10 - AFILHADOS DE EUGÊNIO E ROSA (PAIS DE EVA)



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

como solteiro. Poderíamos sugerir que o Francisco que conseguiu se casar fosse o cativo proveniente de Moçambique, por conta, justamente, de sua profissão de cozinheiro, pois um trabalho doméstico representava, entre outras coisas, maior mobilidade na fazenda, proximidade com a casa senhorial e chances ampliadas de acumular pecúlio, ou seja, fatores que podem ter favorecido a conquista de um matrimônio. Porém não há como ter certeza. De qualquer forma, vejamos um pouco da trajetória desse Francisco com 39 anos de idade e casado<sup>48</sup>.

Seguindo, então, os passos desse Francisco, vindo de Moçambique, descobrimos que chegou à propriedade de seu senhor no final da década de 1810 e começo da década seguinte<sup>49</sup>. O interessante é que muito rapidamente ele conseguiu se unir à crioula Eva. Em 1821, encontramos o registro de matrimônio do casal na igreja matriz da cidade de Campinas. O documento relatava que unia, sob as bênçãos da igreja, Francisco gentio com Eva Crioula.

É possível, nesse sentido, que Francisco Moçambique não fosse recém-chegado do tráfico atlântico, justamente por conseguir se casar com outra escrava em um espaço tão pequeno de tempo. O censo populacional de 1822 revela ainda que nessa data Francisco Moçambique já tinha 26 anos de idade, o que só faz aumentar as suspeitas de que não era recém-chegado da África — raramente o tráfico importava escravos com essa idade<sup>50</sup>. Mas a quem Francisco pertencia anteriormente? E por que foi parar entre os escravos de Antônio Francisco de Andrade? A resposta pode estar no caminho percorrido pelos próprios pais de Eva, Eugênio e Rosa.

Os escravos Eugênio e Rosa, assim como os casais João Quitéria, José e Catharina e José e Maria, citados acima, formavam um dos primeiros casais da propriedade em que viviam. Desde pelo menos o ano de 1806, Eugênio e Rosa já estavam juntos e pertenciam a Antônio Francisco de Andrade<sup>51</sup>. O casal não chegou a ter muitos filhos, registraram na Igreja de Nossa Senhora da Conceição apenas o batismo da crioula Eva, no dia 18 de abril de 1808<sup>52</sup>. Os padrinhos foram Manoel Francisco e Maria Joaquina, ambos livres e irmãos de Antônio Francisco de Andrade, indicando, portanto, o contato próximo do casal Eugênio e Rosa com a

casa senhorial. Se, por um lado, esses escravos não geraram muitos rebentos, por outro, suas relações familiares cresceram com o apadrinhamento de outras crianças. Identificamos que eles batizaram pelo menos três escravos: Francisco, filho de Boaventura e Florência, escravos de Antônio de Camargo Penteado, em 1799; Hermenegildo, filho de José e Catharina (pais do escravo Fabiano indiciado na revolta), em 1807; e Jozefa, em 1813, com pai incógnito e Maria, escrava pertencente a João Francisco de Andrade<sup>53</sup> (propriedade também envolvida no projeto de rebelião). Aos poucos, vai ficando cada vez mais evidente que a ligação entre os engenhos citados no plano de insurreição já vinha se delineando havia um bom tempo antes de 1832.

Toda essa volta se justifica, para destacar entre outras coisas que, antes mesmo de pertencerem a Antônio Francisco de Andrade, o casal Eugênio e Rosa fazia parte dos escravos de dona Maria Bárbara e seu primeiro marido. Quando essa senhora ficou viúva ainda no começo do século XIX, casou-se novamente com o Antônio Francisco de Andrade no ano de 1806, levando como parte de sua herança os cativos Eugênio e Rosa<sup>54</sup>. O escravo Francisco Moçambique (casado com Eva, filha dos ditos Eugênio e Rosa) não é indicado como parte da herança de dona Bárbara, pelo menos não é listado entre seus escravos no censo populacional de 1806, porém pode ter sido vendido ou entregue para dona Bárbara por um acerto de contas.

Seja lá qual for, entretanto, o caminho percorrido por Francisco Moçambique antes de chegar à propriedade de Antônio Francisco de Andrade, o certo é que acabou se casando com Eva e viveu perto de 11 anos ao seu lado, antes de se envolver no projeto de rebelião. O casal teve um total de três filhos batizados na igreja<sup>55</sup>. A primeira filha chamava-se Maria, batizada em 11 de maio de 1824, seus padrinhos foram Francisco Joaquim e Jozefa Maria do Espírito Santo, ambos livres. Não sabemos exatamente quem eram esses padrinhos, mas é possível que fossem próximos da família de Antônio Francisco de Andrade e também de alguns de seus escravos. A segunda filha de Eva e Francisco Moçambique nasceu no ano de 1830 e chamava-se Rita. Seus padrinhos, agora,



eram dois escravos; Bento, pertencente a Salvador Bueno da Silveira (Seria o Bento de Salvador Bueno da Silveira indiciado no plano de revolta de 1832?), e Anastácia, pertencente a Antônio Corrêa Barboza (veremos mais adiante que Anastácia também foi madrinha de um dos filhos de Ignácio, indiciado na trama de 1832). Por último, identificamos ainda que o casal Francisco Moçambique e Eva teve mais uma filha, Francisca, batizada em março de 1832 (pouco tempo depois da descoberta do plano); seus padrinhos foram Miguel Roiz e Benedita Claudiana, ambos livres.

Portanto, Francisco Moçambique e Eva estabeleceram relações de compadrio tanto no mundo dos livres, quanto na escravidão. Buscaram alianças com compadres em condição social maior, possivelmente na esperança de conseguir algum tipo de proteção, mas não deixaram também de reforçar os laços dentro da própria comunidade escrava. No ano de 1829, apenas parte da família de Francisco Moçambique e Eva ainda estava viva e morando na fazenda de Antônio Francisco de Andrade. No censo desse ano, é possível localizar o pai de Eva, Eugênio, bastante velho, com 74 anos de idade. Já Rosa, mãe de Eva Crioula, não consta nos registros de 1829, na verdade, descobrimos que havia falecido dez anos antes, entre 1819-1822. Quanto à Maria, primeira filha do casal, também não é encontrada no ano de 1829 — pode ter conseguido sua alforria ou, talvez, falecido com pouco tempo de vida. De qualquer forma, o casal Francisco Moçambique e Eva permanecia unido, e nos anos posteriores a 1829 teriam mais dois filhos. Assim, na época da descoberta do plano de revolta, Francisco ainda tinha parte de sua parentela vivendo ao seu redor<sup>56</sup>.

Outro cativo condenado em 1832 e que também estava ligado a uma extensa rede de parentesco era Miguel Monjolo. Esse escravo teve um destino muito parecido com todos os revoltosos citados até agora. Aportou na fazenda de seu senhor, Theodoro Francisco de Andrade, entre 1819 e 1822, e alguns anos depois conseguiu se casar com uma escrava<sup>57</sup>. O que mais chama atenção nesse caso, porém, é que Miguel Monjolo foi mandado para uma fazenda pequena, com menos de dez escravos, e recém-fundada, tornando-se um dos primeiros cativos da senzala — o seu senhor,

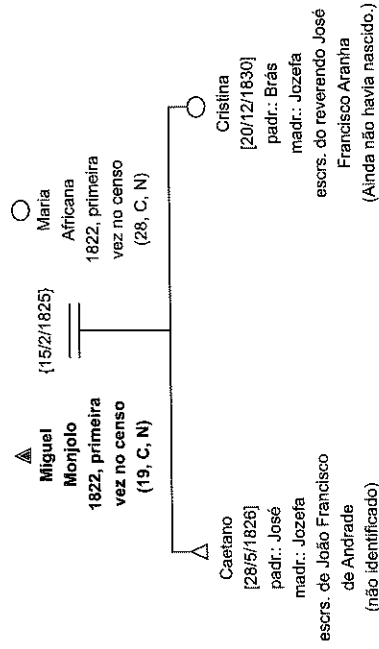
Theodoro Francisco de Andrade, demorou vários anos para conseguir se tornar chefe de uma propriedade e ter seus próprios escravos, isso só ocorreu no começo da década de 1820, quando se casou com sua própria sobrinha, dona Reginalda Delfina de Camargo, filha de seu irmão Antônio Francisco de Andrade.

A companheira de Miguel Monjolo chamava-se Maria e chegou na propriedade de Theodoro Francisco de Andrade no ano de 1822. Antes disso, porém, Maria habitava a fazenda de João Francisco de Andrade, pai de Theodoro Francisco de Andrade, e apenas mudou de senhor porque foi entregue como parte de um adiantamento de herança<sup>58</sup>. A união com o cativo Miguel Monjolo, ao que parece, ocorreu logo depois que passou a habitar a propriedade de Theodoro Francisco de Andrade, já que em 1825 ambos estavam diante do padre da cidade para oficializar a união — as testemunhas foram Antônio Félix e Manoel de Oliveira. O registro de casamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição descrevia que unia, sob as bênçãos do pároco local, Miguel gentio com Maria gentio<sup>59</sup>.

A fazenda onde Miguel Monjolo e Maria habitavam registrava uma desproporção de homens particularmente alta. No ano de 1829, por exemplo, existiam 17 homens e 4 mulheres, e, entre essas mulheres, apenas duas eram adultas (Maria, 28 anos, e Romana, 29 anos)<sup>60</sup>. O fato de a fazenda ter sido recentemente fundada, certamente, ajuda a explicar as altas proporções de escravos do sexo masculino. É bem provável que Theodoro Francisco de Andrade estivesse comprando escravos homens, com intuito de progredir mais rapidamente, em termos financeiros, e obter grande produtividade nos trabalhos da lavoura.

Por tudo isso, podemos dizer que Miguel Monjolo era um escravo bastante privilegiado dentro da propriedade de seu senhor, já que foi o único que conseguiu se unir com outra escrava durante toda a década de 1820. A indicação de seu nome entre os indiciados no processo crime, desempenhando o papel de capitão da propriedade, revela que Miguel, todavia, não virou as costas a seus parceiros de cativo, planejando sua liberdade com os demais. Miguel Monjolo e Maria tiveram dois filhos registrados na igreja<sup>61</sup>.

FIGURA 11 - FAMÍLIA DE MIGUEL MONJOLO



- ▲ Conspirador
- Homem
- Mulher
- == Matrimônio
- Filiação
- { } Data do casamento na igreja
- [ ] Data do batizado na igreja
- ( ) Características do censo de 1829: idade, S = solteiro, C = casado, V = viúvo, N = negro

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

O primeiro filho do casal foi o crioulinho Caetano, batizado aos 28 de maio de 1826. Os padrinhos desse jovem foram os escravos José e Jozefa, pertencentes a João Francisco de Andrade. Os contatos entre os escravos de Theodoro Francisco e os cativos de seu pai, João Francisco, ao que tudo indica, eram bastante fortes. Mas também não era para menos. Até o ano de 1824, Theodoro ainda plantava cana-de-açúcar em parceria com seu pai. Além disso, dois dos seus primeiros escravos foram dados por João Francisco como adiantamento de herança no momento de seu casamento. Sem falar ainda da proximidade física das duas propriedades. Portanto, não é estranho que Miguel Monjolo e Maria buscassem entre os escravos de João Francisco de Andrade padrinhos para seus filhos. A segunda filha do casal batizada na igreja (20 de dezembro de 1830) foi a pequena Cristina. Seus padrinhos também eram escravos, Brás e Jozefa, pertencentes ao reverendo José Francisco Aranha. Não consegui muitos dados sobre esse senhor, mas é possível que tivesse sua propriedade próxima às terras de Theodoro Francisco de Andrade, facilitando o contato entre suas escravarias.

Às vésperas do plano de revolta, a pequena família do escravo Miguel Monjolo não estava completa: a jovem Caetana não foi descrita entre os escravos de Theodoro Francisco de Andrade, no censo de 1829. Mais uma vez, fico sem saber exatamente o que poderia ter ocorrido, mas as possibilidades não são muitas e já foram mencionadas outras vezes; ou Caetana foi alforriada na pia batismal ou, então, acabou morrendo com poucos dias de vida. De qualquer forma, é bastante provável que Miguel Monjolo ainda estivesse junto com Maria e também com a pequena Cristina, quando se envolveu no plano de revolta de 1832<sup>62</sup>.

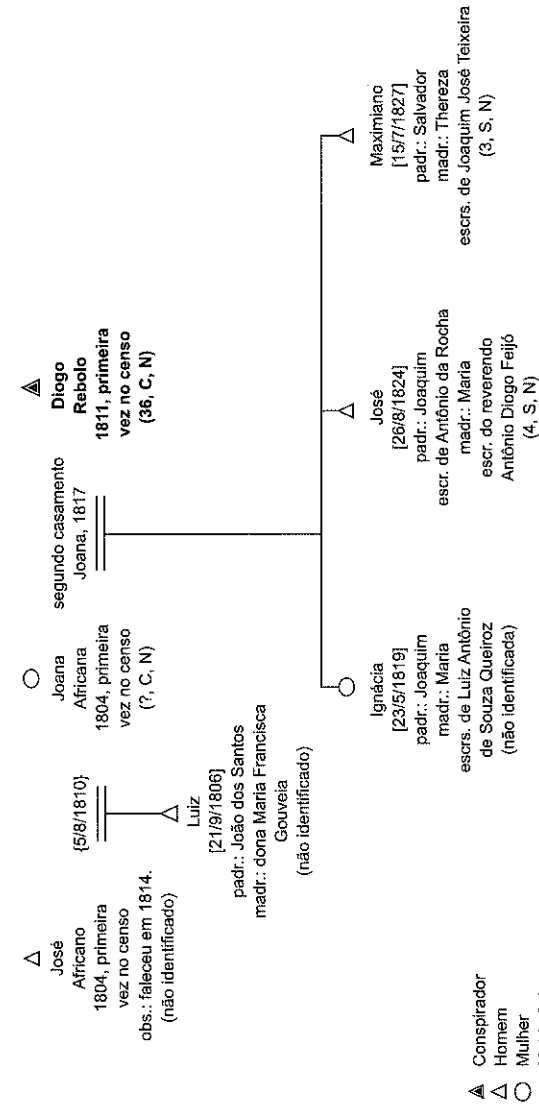
O outro escravo que conseguiu se casar antes mesmo de ser indiciado por envolvimento com o projeto de insurreição é o nosso conhecido pai/mestre Diogo Rebolo. O líder dos rebeldes de Campinas foi um dos primeiros cativos envolvidos com a trama a desembarcar na região<sup>63</sup>. Chegou nessas terras no ano de 1811 e foi mandado para a fazenda de Joaquim José dos Santos. Lá passou a conviver, em meio à produção do açúcar, com mais 20 escravos, quase todos africanos como ele. Logo conheceu a cativa

Joana, casada com o escravo de nome José. Nessa época, possivelmente, Diogo Rebolo nem imagina o que o destino programava para a sua vida em Campinas, mas em poucos anos acabaria se casando com essa mesma cativa Joana.

O casal Joana e José chegou em Campinas no ano de 1804, quando Joaquim José dos Santos, natural de Cotia, migrou para a região a fim de fazer riqueza com o açúcar<sup>64</sup>. Logo no ano de 1806, Joana registrou na Igreja de Nossa Senhora da Conceição o batismo de seu primeiro filho, o crioulinho Luiz. Os padrinhos foram João dos Santos e dona Maria Francisca Gouveia — parentes de Joaquim José dos Santos e pessoas com importante prestígio social, a julgar pelo título de dona<sup>65</sup>. Alguns anos mais tarde, quando Luiz já tinha 4 anos de idade, o senhor de Joana e José decidiu oficializar a união do casal na igreja da cidade. A cerimônia ocorreu em 5 de agosto de 1810, tendo como testemunhas dois homens livres, Lourenço Soares e João Gomes<sup>66</sup>. O casal permaneceu unido e junto ao pequeno Luiz até o ano de 1814, quando, então, o escravo José veio a falecer. Não sabemos ao certo qual foi a causa do falecimento, mas, nessa data, ele era ainda relativamente novo, tendo perto de 25 anos de idade<sup>67</sup>.

Viúva e com o pequeno Luiz ao seu lado, Joana continuou lutando e trabalhando para a sua sobrevivência e também para a do seu filho. Não estava sozinha, é claro. Tinha outros escravos e escravas com quem partilhava as agruras da escravidão. Porém a ausência de um companheiro mais próximo para enfrentar o dia a dia não durou muito tempo. A partir de 1817, o censo populacional começa a indicar que Joana e Diogo haviam se unido<sup>68</sup>. O resultado dessa união, logo, se refletiu nos registros de batismo da igreja local. Diogo e Joana tiveram, ao todo, três crianças batizadas na matriz da cidade: Ignácia nascida no ano de 1819, sendo padrinhos Joaquim e Maria, escravos de Luiz Antônio de Souza Queiroz; José, em 1824, tendo como padrinho o escravo Joaquim, pertencente a Antônio da Rocha, e madrinha a escrava Maria, do famoso regente Diogo Antônio Feijó; por último, Maximiano, sendo padrinhos, os escravos Salvador e Thereza, de Joaquim José Teixeira<sup>69</sup>.

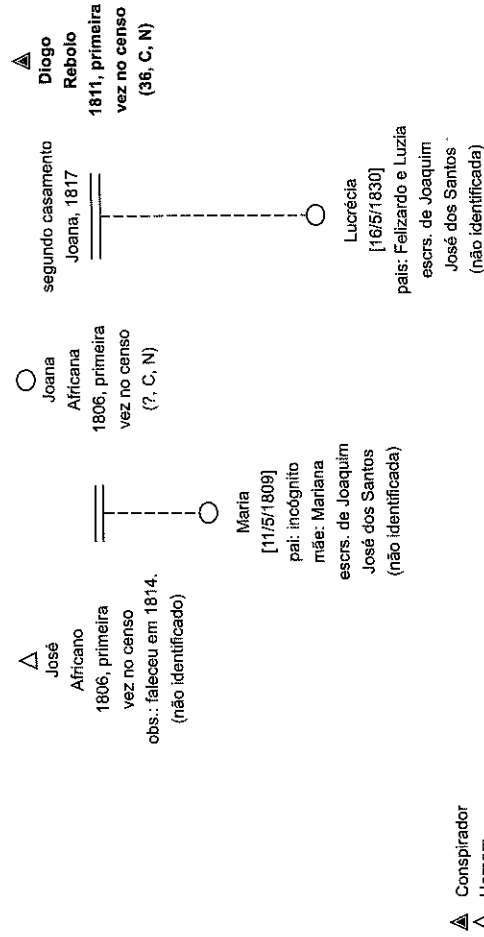
FIGURA 12 - FAMÍLIA DE DIOGO REBOLU



▲ Conspirador  
 △ Homem  
 ○ Mulher  
 = Matrimônio  
 | Filiação  
 ( ) Data do casamento na igreja  
 [ ] Data do batizado na igreja  
 ( ) Características do censo de 1829: idade, S = solteiro, C = casado, V = viúvo, N = negro

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

FIGURA 13 – AFILHADOS DE JOSÉ E JOANA E DIOGO REBOLO E JOANA

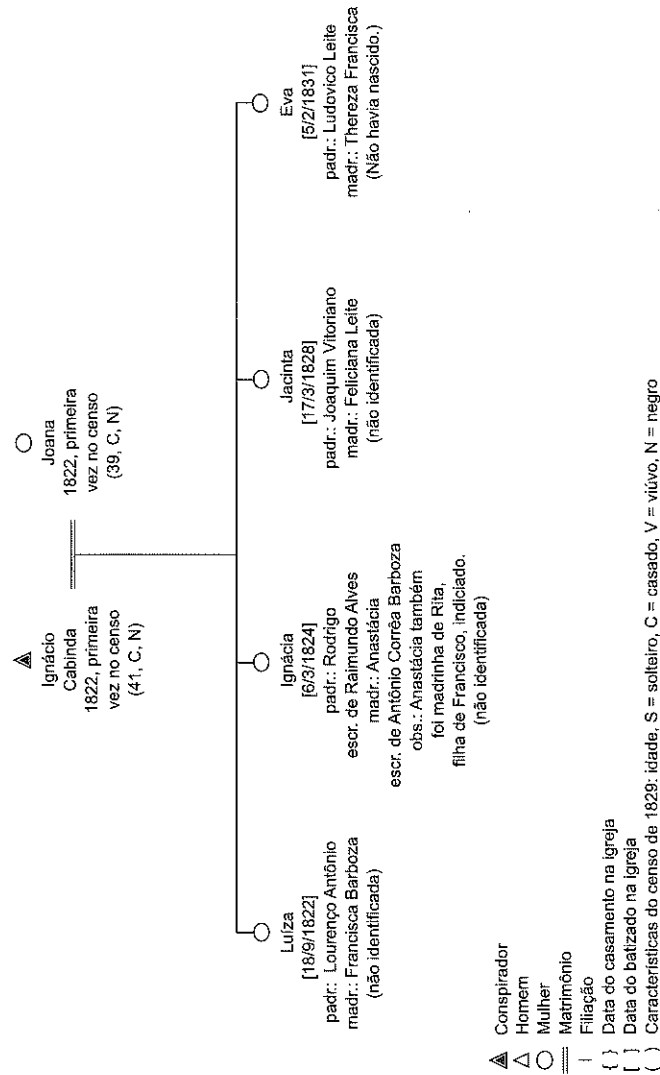


Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

Foi possível perceber ainda, por meio dos registros de batismo, que o casal, Diogo e Joana, foram padrinhos de batismo dos filhos de alguns de seus parceiros de escravidão. No ano de 1830, o casal batizou a crioulinha Lucrécia, filha de Felizardo e Luzia<sup>70</sup>. Também identifiquei que Joana batizou ainda outra criança no ano de 1809, quando era casada com o José. Nesse caso a mãe era a escrava Mariana e o pai incógnito<sup>71</sup>. No ano de 1829, Diogo e Joana ainda são identificados juntos, um após o outro, no censo populacional da cidade. Consegui perceber também que praticamente todos os seus filhos estavam morando na mesma propriedade, à exceção apenas da jovem Ignácia, a primeira filha do casal, que nunca chegou a ser registrada nessa documentação<sup>72</sup>. Podemos dizer, todavia, que o pai Diogo, como era chamado pelos seus parceiros conspiradores do plano de revolta de 1832, estabeleceu importantes laços de parentesco e companheirismo antes de lidar a conspiração.

Por último, falta o caso do escravo Ignácio Cabinda, morador da propriedade de Antônio Corrêa Barboza. Ignácio Cabinda habitava a cidade de Campinas desde o começo da década de 1810. No censo de 1822, esse cativo já é indicado com a idade de 26 anos e com o estado matrimonial de casado. Sua parceira era a cativa Joana de 24 anos de idade (pelas idades, podemos supor que ambos devem ter chegado à região por volta de 1812 ou 1813)<sup>73</sup>. Não consegui localizar, entretanto, o registro de casamento de Ignácio e Joana na igreja matriz da cidade. As informações sobre a trajetória dos escravos de Antônio Corrêa Barboza para anos anteriores a 1822, na verdade, são complicadas de localizar. A dificuldade vem do fato de que, antes da década de 1820, Antônio Corrêa Barboza era sócio de outro proprietário chamado Alexandre Barboza de Almeida, e todos os seus escravos são declarados juntos na documentação local da cidade. Donos de dezenas de cativos (diversos com nomes repetidos), fica muito difícil saber quais escravos pertenciam a Antônio Corrêa Barboza e quais pertenciam ao seu sócio. Mais difícil ainda saber quais ele carregou com o fim da sociedade e quais comprou depois.

FIGURA 14 – FAMÍLIA DE IGNÁCIO CABINDA



Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

A partir do começo da década de 1820, contudo, com o fim da sociedade, fica um pouco mais fácil seguir a trajetória dos cativos de Antônio Corrêa Barboza. Descobrimos, assim, que o casal Ignácio e Joana teve um total de quatro filhos registrados na igreja matriz<sup>74</sup>. A primeira filha, nascida em 1822, chamava-se Luíza; seus padrinhos eram livres, Lourenço Antônio e Francisca Barboza. A segunda filha nasceu dois anos mais tarde, em 1824, sendo padrinhos agora dois escravos: Rodrigo, pertencente a Raimundo Alves, e Anastácia, cativa do próprio Antônio Corrêa Barboza. Depois dessas duas, vieram ainda Jacinta e Eva, a primeira nascida em 1828, sendo padrinhos Joaquim Vitoriano e Felicidade Leite, ambos livres; e a segunda, nascida em 1831, com os padrinhos Ludovico Leite e Thereza Francisca. Os laços de compadrio estabelecidos pelo casal Ignácio e Joana mostram que buscaram construir relações de parentesco, sobretudo, no mundo dos livres, dos quatro filhos, três tiveram padrinhos livres. Contudo, o casal não deixou de construir também relações de compadrio entre seus próprios pares, a segunda filha foi batizada por escravos. No ano de 1829, quase todos os parentes do casal Ignácio e Joana são identificados entre os cativos de Antônio Corrêa Barboza e, portanto, é bem possível que ainda estivessem vivos no ano de 1832<sup>75</sup>.

Depois de analisarmos as relações de parentesco envolvendo grande parte dos revoltosos, uma questão se coloca: Até que ponto a trama de 1832 foi composta apenas por homens? O processo crime e o julgamento dos revoltosos não incluem nenhuma mulher dentre os envolvidos ou lideranças. As longas redes de parentesco, porém, em que vários revoltosos estavam inseridos, revelam a presença e a importância das escravas na vida dos conspiradores. Ora, essas mulheres não sabiam que seus companheiros, filhos e afilhados estavam tramando uma rebelião? Não estariam também participando desse mesmo projeto? Teria ocorrido uma ação deliberada por parte dos escravos para encobrir as possíveis envolvidas?

O fato de estarem ligadas por meio do parentesco aos conspiradores de 1832 nos faz pensar que possivelmente as escravas podem também ter colaborado com o plano. Na trama cativa de

Vassouras, em 1838, ao todo, sete mulheres foram indiciadas no processo crime, quase todas com tarefas domésticas<sup>76</sup>. Flávio dos Santos Gomes comenta que as mulheres africanas eram conhecidas por sua força espiritual e por sua resistência obstinada. Além disso, cumpriam papel fundamental na conformação e transmissão de variados aspectos culturais. No plano de revolta de Vassouras, em particular, possivelmente, as mulheres escravas ajudaram a conseguir suprimentos para o levante, e ainda colaboraram com o levantamento de informações a respeito da movimentação e vigilância na casa senhorial. Uma das mulheres, inclusive, foi apontada como a rainha do quilombo que os cativos pretendiam fundar depois da fuga coletiva das senzalas.

No caso de Campinas, em 1832, podemos especular que as mulheres tenham colaborado com a difusão do plano pelas fazendas onde mantinham relações de parentesco. Além disso, é bem possível que parte delas desempenhasse tarefas domésticas dentro das propriedades de seus senhores, como é indicado pela bibliografia citada no capítulo anterior a respeito das ocupações das mulheres escravas, o que trazia enormes benefícios para a organização de uma insurreição. É preciso lembrar, por exemplo, que as ocupações domésticas aumentavam as possibilidades dos escravos de obter informações privilegiadas dos dias em que os senhores estariam ausentes, facilitavam as chances de contatos entre os escravos da roça e aqueles com profissão especializada, permitiam o acesso à despensa da fazenda e possibilitavam ainda chances maiores de adicionar preparados de raízes ou chás na comida senhorial. Assim, é possível supor que a trama de 1832 contou também com a atuação de algumas mulheres em sua organização e estruturação. Da mesma forma que os revoltosos conseguiram não deixar rastros das armas e dinheiro arrecadados para a rebelião, podem ter acionado também toda uma rede de cumplicidade para esconder a atuação de suas companheiras de cativeiro.

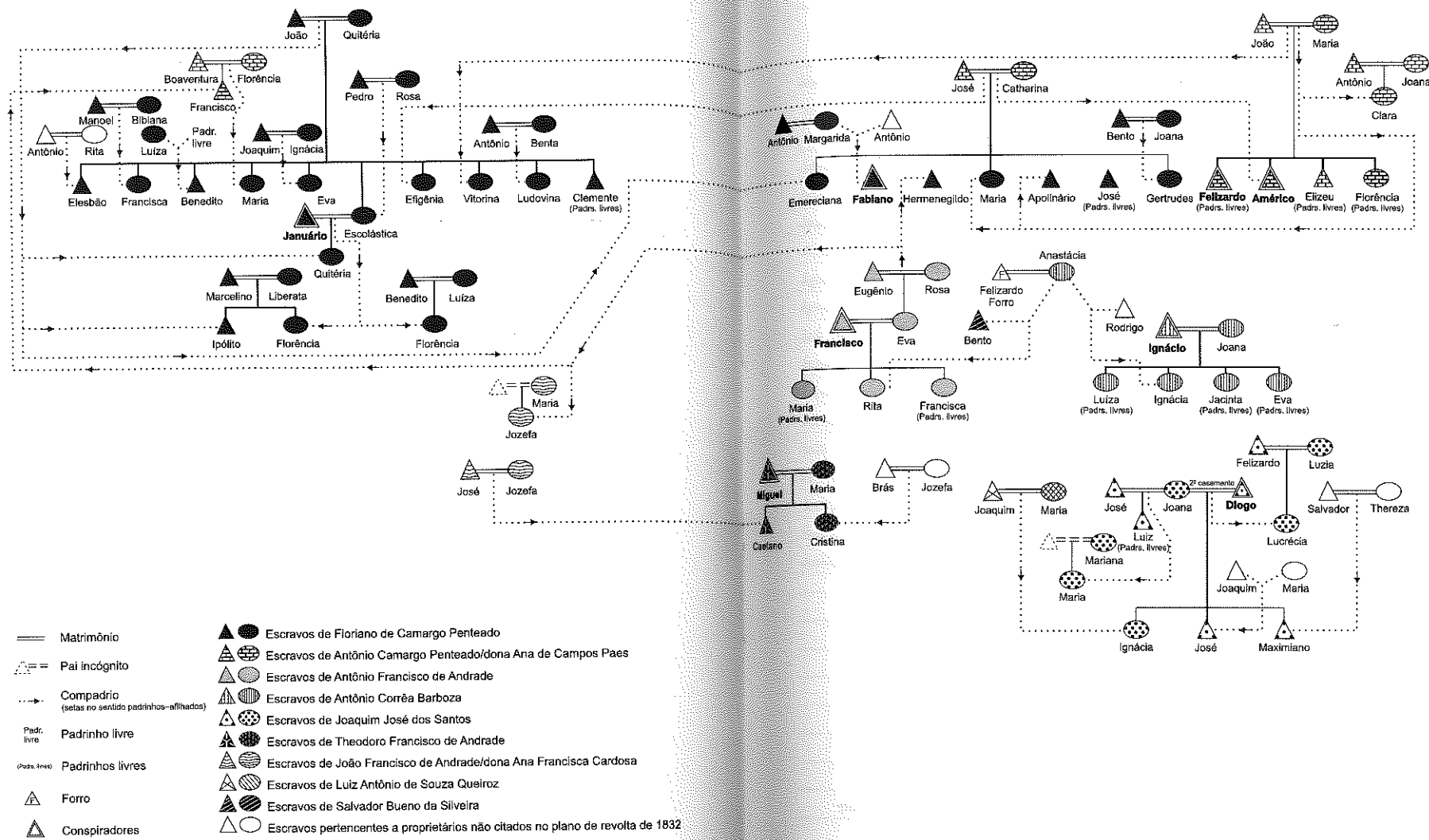
Os casos descritos acima mostram como o compadrio foi fundamental para ligar cativos pertencentes a diferentes fazendas e também para ajudar a criar uma grande rede de parentesco que unia vários dos revoltosos de 1832. A trajetória dos escravos en-

volvidos com o projeto de insurreição mostra que a formação de família e o estabelecimento de longos laços de parentesco andaram juntos ao longo das primeiras décadas do século XIX. Alguns revoltosos como Januário Cabinda e Francisco Moçambique, depois de seus casamentos, passaram a integrar algumas das famílias mais antigas das fazendas, fundadoras das senzalas. Outros cativos ainda como Januário Cabinda e Escolástica Crioula e Diogo Rebolo e Joana, tornaram-se padrinhos de jovens escravos, mostrando o respeito e a consideração que inspiravam aos demais. Nota-se também que quase todos tiveram filhos e viviam na companhia dessas crianças no momento de elaboração do plano de revolta. Tinham parte de seus irmãos, pais e compadres por perto no ano de 1832. Os crioulos, Fabiano, Felizardo e Américo faziam, ainda, parte das primeiras famílias escravas de suas senzalas. Seus pais eram os casais mais procurados pelos cativos para o batizado, sendo os iniciadores de longas redes de parentesco. Felizardo Crioulo teve também padrinhos livres de batismo, assim como tiveram alguns dos filhos dos revoltosos Francisco Moçambique e Ignácio Cabinda.

Por isso tudo, é possível dizer que parte dos revoltosos formaria a chamada “elite” da senzala. Tinham família, trabalho especializado (como vimos no capítulo anterior) e referências geracionais nas propriedades em que viviam. Possivelmente, seriam os cativos que mais perto estariam da conquista de uma alforria. Contudo, não abandonaram o caminho da revolta. Quando acharam um momento propício para uma batalha, reuniram as senzalas e prepararam um grande plano de insurreição.



FIGURA 15 - RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE OS CONSPIRADORES DE 1832\*



- =— Matrimônio
- △=△ Pai incógnito
- > Compadrio (setas no sentido padrinhos-afilhados)
- Padr. livre Padrinho livre
- (Padr. livres) Padrinhos livres
- △ Forro
- △ Conspiradores
- ▲ Escravos de Floriano de Camargo Penteado
- ▲ Escravos de Antônio Camargo Penteado/dona Ana de Campos Paes
- ▲ Escravos de Antônio Francisco de Andrade
- ▲ Escravos de Antônio Corrêa Barboza
- ▲ Escravos de Joaquim José dos Santos
- ▲ Escravos de Theodoro Francisco de Andrade
- ▲ Escravos de João Francisco de Andrade/dona Ana Francisca Cardoso
- ▲ Escravos de Luiz Antônio de Souza Queiroz
- ▲ Escravos de Salvador Bueno da Silveira
- ▲ Escravos pertencentes a proprietários não citados no plano de revolta de 1832

Fonte: Registros de batismo, casamento escravo e censo populacional.  
 \* Estão representadas as relações de parentesco de 8 dos 32 escravos condenados no processo crime de 1832.

TABELA 11 - RELAÇÃO DOS ESCRAVOS REVOLTOSOS DE 1832

Nome	Estado matrimonial	Idade	Procedência	Ano em que aparece pela 1ª vez no censo	Profissão	Observação
<i>Floriano de Camargo Penteadó</i>						
<i>Fazenda Duas Pontes</i>						
Bento	Casado	26	Monjolo	1822	Não indicado	Capitão
Benedito	Casado	28	Não indicado	1822	Ferreiro	
João	?	?	Congo	?	Tropeiro	
<i>Fazenda Ponte Alta</i>						
Constantino	Solteiro	27	Monjolo	1822	Não indicado	Capitão
Elias	Solteiro	25	Moçambique	1822	Não indicado	
Antônio	?	?	Congo	?	Não indicado	
Fabiano	Solteiro	28	Crioulo	1804	Não indicado	
<i>Fazenda São Bento</i>						
Januário	Casado	23	Cabinda	1822	Não indicado	Capitão
Antônio	?	?	Cabinda	?	Não indicado	
<i>Dona Ana de Campos</i>						
Joaquim	Solteiro	23	Congo	1822	Não indicado	Capitão
Tristão	Solteiro	21	Cabinda	1822	Não indicado	
Américo	Solteiro	20	Crioulo	1812	Não indicado	
Felizardo	Solteiro	23	Crioulo	1809	Não indicado	
Jacinto	?	?	Benguela	?	Não indicado	
Malaquias	Solteiro	25	Congo	1822	Não indicado	
<i>Antônio Francisco de Andrade</i>						
Francisco	Casado	42	Moçambique	1822	Cozinheiro	
Francisco	Solteiro	39	Monjolo	1822	Não indicado	
José	?	?	Congo	?	Não indicado	
<i>Theodoro Francisco de Andrade</i>						
Miguel	Casado	22	Monjolo	1822	Não indicado	Comandante
<i>Dona Ana Francisca Cardoso</i>						
Miguel	Solteiro	39	Monjolo	1816	Não indicado	Capitão
<i>Joaquim José dos Santos</i>						
Diogo	Casado	39	Rebolo	1811	Não indicado	Principal liderança em Campinas
Marcelino	?	?	Monjolo	?	Tropeiro	Correspondente com João Barbeiro

Nome	Estado matrimonial	Idade	Procedência	Ano em que aparece pela 1ª vez no censo	Profissão	Observação
<i>José da Cunha Paes Leme</i>						
José	Solteiro	25	Congo	1822	Não indicado	
Manoelzinho	Solteiro	23	Congo	1822	Não indicado	
<i>Salvador Bueno da Silveira</i>						
Bento	?	?	Cassuada	1822	Não indicado	
Joaquim	Solteiro	17	Moçambique	1825	Tropeiro	
<i>Antônio Corrêa Barboza</i>						
Agostinho	Casado	34	Monjolo	1822	Não indicado	
Ignácio	Casado	44	Cabinda	1825	Não indicado	
<i>Luiz Antônio de Souza Queiroz</i>						
<i>Fazenda Bom Jardim</i>						
Francisco	?	?	Congo	?	Não indicado	
<i>Fazenda Taquaral</i>						
João	?	?	Monjolo	?	Não indicado	Capitão
<i>Fazenda Monjolino</i>						
José Duro	?	?	Não indicado	?	Não indicado	Capitão
<i>Francisco Ignácio de Souza Queiroz</i>						
José Bexiga	?	?	Não indicado	?	Não indicado	Capitão

Obs.: Nesta tabela, apenas está faltando João Barbeiro, que era liberto e do qual não temos outras informações.

Todos os escravos relacionados nesta tabela foram condenados, com exceção apenas de Miguel Monjolo, pertencente a Theodoro Francisco de Andrade.

O estado civil foi retirado do Censo populacional de 1829. A idade foi baseada no Censo de 1829, sendo, porém, acrescentado mais três anos. A origem e a profissão foram retiradas do processo crime de 1832.

## NOTAS

1. Para localização dos senhores e de seus cativos rebeldes no levantamento populacional de 1829, ver Anexo 2.
2. Para os trabalhos da década de 1970 sobre família escrava, ver Richard Graham, "A família escrava no Brasil colonial", in *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979. Robert W. Slenes, "The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888". Tese de doutorado, Stanford, Stanford University, 1976. Para estudos mais recentes sobre família escrava,



- ver *População e Família*, vol. 1, nº 1, Família escrava. São Paulo, jan.-jun., 1998, número especial. Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico — Rio de Janeiro (1790-1850)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 1999. Cristiany Miranda Rocha, *Histórias de famílias escravas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- 3 Dos 11 senhores citados no plano de revolta de 1832, conseguimos localizar 8 deles no censo populacional de 1829, ver Anexo 2.
  - 4 Robert W. Slenes argumenta que, devido às altas taxas de masculinidade, as mulheres tinham maior poder de barganha no momento de escolher um parceiro escravo; “esta alta razão de masculinidade, junto com o maior tamanho do fogo/plantel, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos, o que era conducente a maiores taxas de casamento (pela Igreja)”. Robert W. Slenes, “A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura”, *População e família*, vol. 1, nº 1. São Paulo, jan.-jun., 1998, p. 25.
  - 5 A bibliografia permite avançar ainda na questão a relação crioulo/africano para outras províncias do Sudeste brasileiro, a partir dos trabalhos de Marcos Ferreira Andrade sobre a revolta escrava de Carrancas, Minas Gerais, 1833, e também de Flávio dos Santos Gomes sobre uma rebelião em Vassouras, Rio de Janeiro, no ano de 1838. A análise das procedências dos cativos condenados por envolvimento nos dois planos de rebelião mostra que a relação entre os escravos nascidos no Brasil e aqueles provenientes da África também não se apresentava de maneira abertamente conflituosa nessas regiões. Pelo menos, crioulos e africanos não tiveram grandes dificuldades em lutar lado a lado nesses dois casos de planos de insurreição. Dos 31 cativos indiciados no processo crime instaurado em Carrancas no ano de 1833, 9 eram nascidos no Brasil, isso quer dizer que cerca de 30% do total eram crioulos. Enquanto isso, na população escrava da freguesia de Carrancas (envolvendo os distritos de Carrancas e Espírito Santo de Carrancas), os crioulos representavam cerca de 40%, porém, nessa porcentagem estão incluídos tanto crianças como adultos. Se desse número excluirmos, portanto, os cativos com menos de 15 anos, certamente, a proporção de crioulos adultos nas propriedades seria semelhante à encontrada no plano de insurreição. Já no caso de Vassouras, Flávio dos Santos Gomes notou que, dos 16 cativos indiciados no processo crime de 1838, 11 eram africanos e 5 crioulos, ou seja, novamente uma porcentagem de cerca de 30% de crioulos

- entre os revoltosos. Em Vassouras, na mesma época, a proporção de crioulos na população escrava era pequena, os números apresentados por Gomes são de 74% de africanos e 26% de crioulos. Portanto, podemos dizer que a porcentagem de crioulos lutando junto com os africanos em 1838 foi bastante considerável. Marcos Ferreira de Andrade, “Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)”. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História — UFMG, 1996, p. 140, Tabela 5, p. 194, Quadro 2. Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 164, Tabela 5, p. 180, Quadro 3.
- 6 Sobre a relação crioulo-africano, particularmente nos momentos de rebelião coletiva na Bahia, ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003 (1985).
  - 7 Ao analisarmos esses 26 casamentos “mistos”, vemos que, em 22 casos, as mulheres eram crioulas e os homens eram africanos, e havia 4 casos de homens crioulos e as mulheres africanas. Registros de casamento de escravos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Peter Eisenberg (FPE), 1792-1832, rolos 36-7.
  - 8 Os resultados da relação crioulo-africano em Campinas encontram ressonância em outros trabalhos que analisaram a mesma questão, no Sudeste brasileiro, no século XIX. Robert W. Slenes, ao analisar o censo de 1801 e os registros de casamento escravo entre os anos 1842-1844, chega a conclusões parecidas com a minha pesquisa. Para a população de Campinas, residente nas propriedades com mais de 20 cativos, o censo de 1801 apresenta pouco mais de 30% de casamentos mistos e 13% de casamentos entre crioulos e crioulas. Os registros de casamento para os anos de 1842-1844, ainda em Campinas, mostram 47% de matrimônios envolvendo crioulos(as)/africanos(as) e 12% de casamentos crioulos/crioulas. Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor...*, pp. 76-7. Também outros trabalhos que analisam a relação crioulo-africano por meio das uniões dos cativos chegam a conclusões parecidas, qual seja, um número expressivo de casamentos mistos, superior, inclusive, às uniões de crioulo/crioula. Iraci da Costa, por exemplo, analisando o recenseamento de 1801 em Lorena, encontrou que 33% dos casamentos eram mistos. Iraci da Costa, “A família escrava em Lorena”, *Estudos Econômicos*, vol. 17, nº 2, maio-ago., 1987, pp. 245-95. Uma exceção dentro desse quadro é o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes para o meio rural fluminense. Analisando inventários *post-mortem*, esses autores encontram uma forte queda nos casamentos mistos, saindo de 23% no período de 1790-1807 para 11% em 1826-1830. Na freguesia de Jacarepaguá, em específico, os registros de casamento indicam uma queda mais forte ainda nas uniões mistas, 24% em 1790-1807 para 8% em 1808-1830. Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas...*, p. 148. Robert Slenes

- relata que os dados de Florentino e Góes, muito possivelmente, exagerem o “quadro real”, provocando importante “distorção nos dados sobre endogamia/exogamia”. Ver debate em Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor...*, pp. 79, 80.
- 9 Ver as principais relações de parentesco de Fabiano apresentadas nas Figuras 2 e 3.
  - 10 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1795.
  - 11 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1798.
  - 12 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1801.
  - 13 Registro de casamento de José e Catharina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 10 set., 1801, rolo 36, livro 1, f. 111.
  - 14 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1801-1816.
  - 15 No inventário *post-mortem* da mulher de Floriano de Camargo, aberto em 1830, Catharina é descrita com o mal de gota e avaliada em 150\$000 (cento e cinquenta mil-réis), um valor abaixo da média. Durante a partilha, Catharina foi entregue ao herdeiro Felipe Néri Camargo, que ainda era solteiro e morava com Floriano de Camargo de Penteado. Inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, CMU, TJC, 1830, 1º ofício, caixa 51, nº 1.322.
  - 16 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1829.
  - 17 Registro de batismo de Gertrudes na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 13 maio, 1821, rolo 18.
  - 18 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1816, 1818, 1822, 1829.
  - 19 Tombamento dos bens rústicos da Vila de São Carlos (Campinas), 28 out., 1818, Aesp, ordem 9.869, p. 1.
  - 20 Registro de batismo da escrava Emerciana na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 7 jun., 1802, rolo 25. Registro de batismo do escravo Fabiano na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 maio, 1804, rolo 25. Registro de batismo do escravo Hermenegildo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 15 mar., 1807, rolo 18. Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 27 set., 1812, rolo 18. Registro de batismo do escravo Apolinário na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 22 dez., 1816, rolo 18. Registro de batismo do escravo José na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 5 set., 1819, rolo 18. Registro de batismo da escrava Gertrudes na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 13 maio, 1821.
  - 21 Ver Anexo 2, Antônio de Camargo Penteado, 1798.
  - 22 Os nomes dos padrinhos livres eram José Antônio Pereira e Mariana Vaz (sua esposa). Não consegui levantar muitas informações sobre essas duas pessoas, mas, a julgar pelo sobrenome, não eram parentes da família de Floriano de Camargo.

- 23 Registro de casamento dos escravos José e Emerciana na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 7 jan., 1821, rolo 37, livro 3, f. 34. Registro de batismo da escrava Luíza na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 20 dez., 1829, rolo 18.
- 24 Inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, CMU, TJC, 1830, 1º ofício, caixa 51, nº 1.322.
- 25 Registro de batizado do escravo Américo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 nov., 1812, rolo 18. Registro de batizado da escrava Efigênia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 set., 1815, rolo 18.
- 26 Ver Anexo 2, Antônio de Camargo Penteado, 1800, 1804, 1811.
- 27 Registro de batismo do escravo Felizardo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 26 nov., 1809, rolo 18.
- 28 Registro de batizado do escravo Américo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 nov., 1812, rolo 18. Registro de batismo do escravo Elizeu na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 11 maio, 1822, rolo 18. Registro de batismo da escrava Florência na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 30 março, 1825, rolo 18.
- 29 Inventário de Antônio de Camargo Penteado, CMU, TJC, 1812, 1º ofício, caixa 9, nº 280.
- 30 Robert W. Slenes, “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”, in Luís Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil*. Vol. II — *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 233-90.
- 31 Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 27 set., 1812, rolo 18. Registro de batismo da escrava Clara na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 1º jan., 1815, rolo 18. Registro de batismo escravo Apolinário na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 22 dez., 1816, rolo 18. Registro de batismo da escrava Vitorina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 7 jun., 1818, rolo 18.
- 32 Ver Anexo 2, Antônio de Camargo Penteado, 1829.
- 33 Foram analisados um total de 562 registros de batismo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, para os anos de 1792 a 1832. Registros de batismo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 1792-1832, rolos 18, 22, 24-5.
- 34 Registro de batismo dos escravos Lucas, Clemente, Maria, Rita, Delfino, Ipólito na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 jan., 1826, rolo 18. Registro de batismo dos escravos Apolonia, Malaquias, Jeremias, Suzana na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 13 ago., 1827, rolo 18.

- 35 Na verdade, os registros de batismo revelam que os senhores de Campinas acabavam seguindo as recomendações das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, que recomendava o batizado das crianças com 8 dias de idade. Em nossa amostra, 60% das crianças foram batizadas com 8 dias de idade e 10%, com 10 dias. O texto das *Constituições primeiras* diz o seguinte: “como seja muito perigoso dilatar o batismo das crianças, com o qual passam do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem ele perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizados até 8 dias depois de nascidas”. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853, livro I, título XI.
- 36 Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 27 set., 1812, rolo 18. Registro de batismo da escrava Clara na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 1<sup>o</sup> jan., 1815, rolo 18. Registro de batismo do escravo Apolinário na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 22 dez., 1816, rolo 18. Registro de batismo da escrava Vitorina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 7 jun., 1818, rolo 18.
- 37 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1818-1829. Ver as principais relações de parentesco nas Figuras VI, VII, VIII.
- 38 Registro de batismo da escrava Escolástica na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 set., 1815, rolo 18.
- 39 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1797.
- 40 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1792.
- 41 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1797.
- 42 Registro de casamento dos escravos João e Quitéria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 23 jul., 1797, rolo 36, livro 1, f. 81.
- 43 Registro de batismo do escravo Elesbão na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 12 jul., 1801, rolo 18. Registro de batismo da escrava Francisca na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 maio, 1805, rolo 18. Registro de batismo do escravo Benedito na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 mar., 1808, rolo 18. Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 5 ago., 1810, rolo 18. Registro de batismo da escrava Eva na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 24 jun., 1813, rolo 18. Registro de batismo da escrava Efigênia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 set., 1815, rolo 18. Registro de batismo da escrava Escolástica na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 set., 1815, rolo 18. Registro de batismo da escrava Vitorina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 7 jun., 1818, rolo 18. Registro de batismo da escrava Ludovina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas,

- AEL, FPE, 5 set., 1819, rolo 18. Registro de batismo do escravo Clemente na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 jan., 1826, rolo 18.
- 44 Registro de batismo da escrava Florência na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 25 jan., 1830, rolo 18. Registro de batismo da escrava Florência na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 11 fev., 1830, rolo 18. Inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, CMU, TJC, 1830, 1<sup>o</sup> ofício, caixa 51, n<sup>o</sup> 1.322.
- 45 Registro de batismo do escravo Ipólito na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 jan., 1826, rolo 18.
- 46 Ver Anexo 2, Floriano de Camargo Penteado, 1828.
- 47 Inventário de dona Paula Joaquina de Andrade, CMU, TJC, 1830, 1<sup>o</sup> ofício, caixa 51, n<sup>o</sup> 1.322.
- 48 Ver Anexo 2, Antônio Francisco de Andrade, 1829.
- 49 Ver Anexo 2, Antônio Francisco de Andrade, 1818.
- 50 Registro de casamento dos escravos Francisco e Eva na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 9 maio, 1821, rolo 37, livro 3, f. 39.
- 51 Ver Anexo 2, Antônio Francisco de Andrade, 1806.
- 52 Registro de batismo da escrava Eva na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 18 abr., 1808, rolo 18.
- 53 Registro de batismo do escravo Francisco na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 8 set., 1799, rolo 25. Registro de batismo do escravo Hermenegildo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 15 mar., 1807, rolo 18. Registro de batismo da escrava Jozefa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 out., 1813, rolo 18.
- 54 Ver Anexo 2, Antônio Francisco de Andrade, 1806.
- 55 Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 11 maio, 1824, rolo 18. Registro de batismo da escrava Rita na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 22 abr., 1830, rolo 18. Registro de batismo da escrava Francisca na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 8 mar., 1832, rolo 18.
- 56 Ver Anexo 2, Antônio Francisco de Andrade, 1829.
- 57 Ver Anexo 2, Theodoro Francisco de Andrade, 1822.
- 58 Ver Anexo 2, Theodoro Francisco de Andrade, 1822. Ver Anexo 2, João Francisco de Andrade, 1817, 1818.
- 59 Registro de casamento dos escravos Miguel e Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 15 fev., 1825, rolo 37, livro 3, f. 87v.
- 60 Ver Anexo 2, Theodoro Francisco de Andrade, 1829.

- 61 Registro de batismo do escravo Caetano na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 28 maio, 1826, rolo 18. Registro de batismo da escrava Cristina na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 20 dez., 1830, rolo 18.
- 62 Ver Anexo 2, Theodoro Francisco de Andrade, 1829.
- 63 Ver Anexo 2, Joaquim José dos Santos, 1829.
- 64 Ver Anexo 2, Joaquim José dos Santos, 1805.
- 65 Registro de batismo do escravo Caetano na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 21 set., 1806, rolo 18.
- 66 Registro de casamento dos escravos José e Joana na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 5 ago., 1810, rolo 37, livro 2, f. 55v.
- 67 Ver Anexo 2, Joaquim José dos Santos, 1814.
- 68 Ver Anexo 2, Joaquim José dos Santos, 1817.
- 69 Registro de batismo da escrava Ignácia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 23 maio, 1819, rolo 18. Registro de batismo do escravo José na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 26 ago. 1824, rolo 18. Registro de batismo do escravo Maximiano na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 15 jul., 1827, rolo 18.
- 70 Registro de batismo da escrava Lucrecia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 16 maio, 1830, rolo 18.
- 71 Registro de batismo da escrava Maria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 11 maio, 1809, rolo 18.
- 72 Ver Anexo 2, Joaquim José dos Santos, 1829.
- 73 Ver Anexo 2, Antônio Corrêa Barboza, 1822.
- 74 Registro de batismo da escrava Luíza na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 18 set., 1822, rolo 18. Registro de batismo da escrava Ignácia na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 6 mar., 1824, rolo 18. Registro de batismo da escrava Jacinta na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 17 mar., 1828, rolo 18. Registro de batismo da escrava Eva na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, AEL, FPE, 5 fev., 1831, rolo 18.
- 75 Ver Anexo 2, Antônio Corrêa Barboza, 1829.
- 76 Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas...*, pp. 188-90.

## OS LÍDERES DIOGO REBOLO E JOÃO BARBEIRO

A principal liderança do plano de insurreição de 1832 na Vila de Campinas foi o escravo Diogo Rebolo. Já comentamos ao longo deste livro parte de sua trajetória de vida e de suas funções no plano de revolta. Vimos, por exemplo, que ele foi o primeiro escravo a chegar a Campinas envolvido na trama, que se casou com a cativa Joana em 1817 e que teve três filhos e também um afilhado. Vimos ainda que Diogo Rebolo desempenhava um papel fundamental no plano de insurreição, liderava os encontros noturnos dos escravos, preparava as mezinhas, possuía a capacidade de fazer adivinhações e centralizava todo o dinheiro arrecadado pelos capitães do plano. Mas ainda existem pontos que precisam ser explorados, especialmente aqueles ligados à sua liderança e aos seus dons religiosos. O que fazia de Diogo Rebolo uma figura tão respeitada pelos demais? Por que era chamado de “pai” ou “mestre” por alguns parceiros? Qual o significado das mezinhas e do livro de adivinhações para a população cativa? O que ocorria durante os encontros noturnos sob sua liderança?

João Barbeiro, por sua vez, foi acusado de ser o principal líder do plano de insurreição de 1832 na cidade de São Paulo. Os contatos entre as duas localidades eram feitos por meio do cativo Marcelino Tropeiro, que transitava entre a capital da província e o interior. Também sobre o liberto já levantamos alguns aspectos de sua trajetória. Vimos, por exemplo, que ele era africano (assim como a grande maioria dos revoltosos), que foi líder de outro plano de insurreição no ano de 1830, antes de ser mandado para São Paulo, de onde continuou mantendo fortes contatos com a população escravizada de Campinas (chegou a esconder cativos fugidos em seu quintal). A documentação analisada até o momento, porém, não tem dado respostas satisfatórias sobre as relações